

Departamento de Sociologia

**Desemprego e acção colectiva:
um estudo exploratório**

Lídia Marta Canha Fernandes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia – Ramo Investigação

Orientador(a):

Doutor Hermes Augusto Costa, Professor. Auxiliar
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Co-orientador(a):

Doutora Maria da Paz Campos Lima, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

Agradecimentos

Ao Prof. Hermes Costa e à Prof^a Maria da Paz Campos Lima,
pelo empenho e lucidez que colocaram na orientação desta dissertação.

Aos investigadores Jorge Caleiras, Pedro Araújo e Nuno Teles,
às investigadoras Inês Pereira e Maria Josep Cascant i Sempere
por me terem ajudado a deslindar: a relação entre desemprego e pobreza;
a experiência do desemprego, desde o ponto de vista de quem o vive;
as condicionantes macro-económicas associadas ao desemprego;
uma forma de usar a Análise de Redes Sociais desafiando as *fronteiras do possível*.

A todas as pessoas com quem partilhei experiências de militância política e de activismo,
às/aos participantes no *ensaio sobre o desemprego* e nas actividades ligadas a este estudo,
Às feministas da UMAR e à rede de activistas do Portugal Uncut,
pela partilha de experiências, opiniões e desejo de mudança.

À minha “família alargada” com quem tive o prazer de criar laços,
com quem partilhei aprendizagens, bons e maus momentos,
na Madeira, nos Açores, em Braga, aqui em Lisboa,
à Andrea pela imensa disponibilidade e apoio, também ao João, à Júlia, à Rita, à Gabi, à Camila,
à Tica, à Karin, ao Viana, à Celine, ao Zé, à Lucia, ao Alex, à Manuela, à Almerinda, ao Mário,
ao Luís, ao Casimiro, ao Carlos, à Graça, à Teresa, ao Maurício, à Gisela, à Otília, ao António,
à Flôr, ao Aldónio, à Luz, à Emília, à Gorete, ao Marcelo, ao Nacho, à Isabel, à Quina...

À minha família. À Clarisse e ao Liberato, por muitíssimas coisas incluindo me terem lembrado,
mesmo nos momentos mais difíceis, que aprender é um desafio imprescindível.

À Judite, por teimar no conto da Lídia-investigadora.

À Catarina por me ter lembrado que a vida é uma animada aventura.

Ao Parker por me ter feito (re)conhecer o alento da partilha de sonhos.

À minha avó Olívia, por me ter ensinado o valor da tenacidade.

Porque afinal,

parafraseando Mário Sá-Carneiro,

Eu não sou eu nem sou o outro,

Sou qualquer coisa de intermédio:

Pilar da ponte de tédio

Que vai de mim para o Outro.

RESUMO

À semelhança do verificado na maior parte dos países europeus, o desemprego é hoje um dos maiores desafios enfrentados em Portugal. Ao mesmo tempo que uma parte importante da população é excluída do mercado de trabalho, é colocado em causa o paradigma do pleno emprego, com implicações quanto à sua salvaguarda enquanto direito de cidadania, tal como foi internacionalmente consagrado após a II Guerra Mundial, e, a nível nacional, após a Revolução de 1974. A presente dissertação pretende explorar os constrangimentos e as potencialidades à acção colectiva de pessoas desempregadas e, adoptando uma lógica investigação-acção, fornecer contributos para uma melhor compreensão da relação entre desemprego e acção colectiva. No processo de recolha e análise de dados, foi adoptada uma estratégia articulando aquilo que são os aspectos estruturais associados ao desemprego com as definições que as pessoas fazem da sua situação, com vista a identificar apotencialidades de partilha colectiva de significados e pistas para o desenvolvimento de estruturas de mobilização sensíveis à experiência do desemprego. Foram equacionados *quatro problemas chave*: a acção colectiva não é uma categoria abstracta que se sustente fora da história e da política; o isolamento das pessoas e o seu desenraizamento social bloqueiam a sua capacidade de envolvimento na acção colectiva; a mobilização colectiva é mais difícil entre pessoas com identidades e interesses heterogéneos; para que os processos de elaboração possam potencialmente questionar a legitimidade do sistema, as pessoas têm de se sentir simultaneamente lesadas acerca de algum aspecto das suas vidas e optimistas quanto às possibilidades de êxito da acção colectiva para a solução dos problemas. A partir da análise de entrevistas a pessoas desempregadas, foram identificadas orientações e possíveis modalidades de participação e são tecidas breves considerações sobre estratégias para ampliar as possibilidades de acção colectiva de pessoas desempregadas.

Palavras-chave: desemprego, acção colectiva, redes sociais.

ABSTRACT

As of that in most European countries, unemployment is now one of the biggest challenges in Portugal. While an important part of the population is excluded from the labor market, the paradigm of full employment is called into question, with implications for its protection as a right of citizenship, as internationally established after World War II, and nationally, after the Revolution of 1974. This paper aims to explore the constraints and the potential for collective action of unemployed people and, adopting a logic of action-research, provide contributions to a better understanding of the relationship between unemployment and collective action. In the process of collecting and analyzing data, a strategy was adopted articulating what are the structural aspects of unemployment associated with the definitions that people make of their situation in order to identify the potential for collective sharing of meanings and clues to the development of mobilization structures sensitive to the experience of unemployment. Four key issues have been addressed: collective action is not an abstract category that would hold up outside of history and politics; peoples' isolation and social uprooting blocks the ability to engage in collective action; collective mobilization is more difficult among people with heterogeneous identities and interests; so that the framing processes could potentially challenge the legitimacy of the system, people must feel both aggrieved about some aspect of their lives and optimistic about the prospects for successful collective action to solve the problems. From the analysis of interviews with unemployed people, possible guidelines and modalities of participation were identified and brief considerations on strategies to expand the possibilities of collective action of unemployed people are made.

Keywords: unemployment, collective action, social networks.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	4
Desemprego enquanto categoria analítica:	
As condicionantes macro-estruturais e as privações	4
A quebra dos laços sociais e o enfraquecimento das reivindicações organizadas	6
Constrangimentos e potencialidades de acção colectiva de desempregados/as	9
O desafio à ficção atomizante	15
O ovo, a galinha e a emergência de acção colectiva	18
Capítulo II -Trabalho empírico	22
Metodologia	23
Apresentação dos resultados	26
Nível macro-estrutural: desemprego e estruturas de oportunidade política	26
A situa de desemprego e acção colectiva: micro-análise	27
Perfil das pessoas entrevistadas	27
Privações, expectativas e processos de elaboração das percepções de injustiça	28
O problema da desafiliação e a necessidade de reivindicações organizadas	35
Conclusão	38
Bibliografia	42
Anexos	
Anexo I: Guião de entrevista	
Anexo II: ficha de registo	
Anexo III ficha de ARS	
Anexo IV: fichas de caso	

Curriculum Vitae

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CDS-PP - CDS-Partido Popular.

EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia (*European Union Statistics Office*).

INE - Instituto Nacional de Estatística.

NAIRU – Taxa de desemprego não geradora de pressões inflacionárias (*Non-accelerating inflation rate of unemployment*).

ONU - Organização das Nações Unidas.

PSD - Partido Social Democrata.

UNEMPOL – Projecto *The contentious politics of unemployment: political claiming making, policy deliberations and exclusion from the labour market*.

INTRODUÇÃO

*Reste la question de fond:
combien de temps les chômeurs s'abandonneront-ils
à la résignation et supporteront-ils la misère et le désœuvrement?*
Françoise Laroche

*Até agora os estudiosos limitaram-se a interpretar o mundo
das relações laborais, mas a questão é reinventá-lo.*
Richard Hyman

À semelhança do verificado na maior parte dos países europeus, o desemprego é hoje um dos maiores desafios enfrentados no nosso país. A taxa de desemprego tem crescido de forma sustentada ao longo da última década e, nos últimos cinco anos, ultrapassou a média europeia – segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), aumentou mais de 7% em pouco mais de 10 anos (3,9% em 2000; 11% em 2010); depois de se verificar uma ligeira diminuição em 2008 (de 8% para 7,6%), registou em 2009 (9,5%) um aumento muito significativo, de quase 2%. Embora este grande aumento verificado em 2009 pareça ser um reflexo retardado da crise financeira de 2008, mantém-se a um nível bem superior ao verificado antes da crise - no primeiro trimestre de 2011, o desemprego terá atingido valores superiores a 11,4%¹, quatro pontos percentuais relativamente ao final de 2008 (7,8%), no início da crise. Em Agosto de 2011, os dados do *Eurostat* indicavam já uma taxa de 12,3%. No entanto, e não obstante verificar-se um aumento dramático dos níveis de desemprego, assiste-se a um retrocesso relativamente àquilo que foi ganhando consenso nas nossas sociedades – de que o trabalho é um direito - e, por vezes, até mesmo a uma tendência à culpabilização das pessoas desempregadas pela sua situação. Um exemplo desta tendência é a implementação do tributo solidário, uma medida apresentada há cerca de um ano e meio no parlamento português, pelo Partido Social Democrata (PSD), enquanto “instrumento de moralização pública, necessário numa sociedade onde uns trabalham e contribuem e outros vivem tantas vezes de meros expedientes e de fraudes prestacionais”². Embora a medida tenha sido na altura rejeitada, foi recentemente recuperada pelo XIX Governo Constitucional, formado por acordo entre o PSD e o CDS-Partido Popular (CDS-PP), após as eleições realizadas em Junho passado. Apesar de o desemprego ter ganho a dimensão de problema estrutural (que vai além da conjuntura imediata, e com consequências económicas, sociais e políticas muito significativas, incluindo um agravamento da situação e a estigmatização de quem está desempregado/a), de ser um tema crítico da agenda política, de preocupação da opinião pública e dos diferentes agentes políticos,

¹ Dados relativos à estimativa, apresentada pelo INE, de qual seria a taxa de desemprego se tivesse sido usado o método utilizada antes da redefinição metodológica adoptada no primeiro trimestre de 2011.

² Diário de Notícias (19/05/2010)

económicos e sociais, de decisores políticos, de organizações sindicais, dos/das trabalhadores/as e, primeiro que tudo, de cada cidadão/ã, o que é facto é que a mobilização colectiva de desempregados/as é residual, não obstante o desemprego ser um potencial foco de conflitualidade social no país. Foi a aparente contradição que subjaz a esta constatação uma das motivações para a escolha do tema “desemprego e acção colectiva” e que serviu de base à formulação da questão de partida: *Quais os constrangimentos e as potencialidades de acção colectiva de desempregados/as em Portugal?*

A minha experiência enquanto desempregada (desde Fevereiro de 2010 e anteriormente, entre Janeiro de 2006 e Fevereiro de 2008) contribuiu para uma crescente curiosidade relativamente ao tema, que de resto me pareceu ser desafiante por permitir abordar alguns dos dualismos que têm percorrido as teorias sociológicas, como é o caso das dualidades acção-estrutura, indivíduo-sociedade ou economia-cultura. Do conhecimento que tinha da experiência de outras pessoas e das iniciativas de acção colectiva em que me envolvi, tinha ficado a ideia de que não era a única que tinha dificuldades em encontrar saídas para a minha situação - de desemprego - e que a disponibilidade de “oportunidades” dependia de mudanças que vão muito além das políticas activas de emprego oferecidas a quem está nessa situação. E, quanto mais olhava as estatísticas do desemprego, mais me convinha de que o desemprego não pode ser resumido a um problema individual, nem a uma questão de *matching* entre a oferta e a procura: “Se as experiências do desemprego colocam os indivíduos face-a-face consigo mesmos, o desemprego coloca as sociedades face-a-face consigo mesmas.”³ A tendência para a culpabilização das pessoas desempregadas pela sua situação alimenta um sentimento de angústia, castrador de capacidades e desmobilizador. Por isso, num texto de que sou co-autora, defendo a urgência de acção colectiva de desempregados/as, argumentando:

“O ambiente social é de pressão sobre quem tem trabalho, e de ostracismo relativamente a quem não o tem. O clima geral é o da promoção do medo, do salve-se quem puder, da acomodação. Neste contexto, e reconhecendo-se que há muito pouca reflexão sobre a experiência social do desemprego, pretende-se reunir pessoas que o vivenciam para ensaiar formas de o compreender, para ensaiar perspectivas de mudança. Pretende-se quebrar o isolamento – um dos principais obstáculos à construção de acção colectiva - e construir solidariedades, partindo de quem vive a experiência do desemprego.”⁴

O pressuposto de partida deste trabalho é o de que, sendo o desemprego, na actualidade, um problema crítico enfrentado pela sociedade portuguesa, as soluções para o problema serão mais apuradas se passarem por um debate que conte com a participação daquelas pessoas que mais directamente são afectadas: os/as desempregados/as. Neste sentido, procurou-se identificar os constrangimentos e as potencialidades de acção colectiva de desempregados/as, valorizando-se uma lógica de investigação-acção capaz de contribuir para activar processos de aprendizagem colectiva envolvendo desempregados/as. Importa fazer dois comentários: um sobre o estatuto da

³ Araújo (2008: 131).

⁴ <http://ensaiosobreodesemprego.blogspot.com/2010/09/oficina-de-teatro-d-oprimidteatro-forum.html>

investigadora/mestranda; outro sobre a opção pela adopção de uma lógica de investigação-acção no desenho da pesquisa.

A minha condição de desempregada foi um dos principais motivos da selecção do tema em estudo, condicionando assim a aproximação ao objecto de estudo. Não se considera que esse facto seja uma exigência epistemológica para a produção de conhecimento científico válido, nem que possa constituir um obstáculo epistemológico à produção do mesmo. Refira-se a este propósito a noção weberiana de *wertbeziehung* para lembrar como as diferentes localizações sociais, associadas a interesses e valores diversos, podem afectar a selecção de problemas de investigação⁵, sem que isso signifique o abandono de preocupações de cientificidade. Assume-se que a produção científica é inerentemente crítica e que a investigação em ciências sociais envolve pressupostos metateóricos - sejam de ordem ontológica ou de ordem epistemológica -, que devem ser explicitados⁶. Por outro lado, é necessário encarar a utilização de ferramentas conceptuais como instrumentos que permitam ir para além daquilo que são as experiências do desemprego – incluindo a da própria investigadora – procurando identificar os mecanismos e tendências associados a essas experiências.

Pretende-se uma adequada conjugação do duplo compromisso subjacente a uma pesquisa que assuma uma lógica de investigação-acção: uma preocupação prática, de solução de problemas; a ênfase no estudo científico e de produção de ciência social. Neste sentido, as preocupações de cientificidade não estão associadas a qualquer imperativo de garantia de neutralidade da investigadora, uma noção que, como explica O'Brien⁷ é rejeitada neste tipo de abordagens. Por um lado, sustenta-se aqui que é através do acesso ao conhecimento e da participação na sua produção, usos e disseminação que os actores podem afectar as *fronteiras do possível*⁸, procurando assim desafiar relações de poder em cada uma das suas dimensões - abordando necessidades de *conhecimento, acção e consciência*. Por outro lado, e em especial porque a exploração das possibilidades de acção colectiva de pessoas desempregadas é um dos objectivos propostos, o foco nos elementos propiciadores de mudança constitui uma mais-valia, pois permite abordar questões teóricas e ajudar a produzir conhecimentos que de outra forma dificilmente seriam estimulados.

⁵ Merton (1972: 332).

⁶ Danermark et al (2002).

⁷ O'Brien (2001).

⁸ Gaventa e Cornwall (2008: 176).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Antes de situar o espaço teórico de ancoragem do trabalho empírico realizado num plano político conflitual, será feita uma abordagem à evolução da categoria de análise *desemprego*, através da sua contextualização histórica, tendo por referência transformações sociais, económicas e políticas que afectaram o campo das relações do trabalho. É também abordada a definição da sua relação com os conceitos pobreza e exclusão, de forma a permitir identificar ferramentas conceptuais chave para a análise dos contrangimentos e das potencialidades da acção colectiva de pessoas desempregadas. A acção colectiva de desempregados/as, enquanto resultado de conflitos envolvendo segmentos da população que experienciam a marginalização do mercado de trabalho, é então analisada no quadro das teorias do conflito, da acção colectiva e dos movimentos sociais.

Desemprego enquanto categoria analítica: as condicionantes macro-estruturais e as privações

O desemprego representa uma determinada posição face a uma estrutura social - neste caso, do mercado de trabalho - e pode ter associado outras posições estruturais, sejam elas do domínio material, sejam elas do domínio simbólico, constituindo uma forma social que tem evoluído e se tem transformado. No século XVIII ainda não existiam os termos “desempregado” e “desemprego”, falava-se antes de “pobres”, “indigentes” ou de “mendigos”, numa referência à privação de meios de subsistência e não necessariamente à privação de trabalho, sendo o desemprego uma “invenção” recente. No sentido moderno de privação de emprego, o desemprego emergiu com o desenvolvimento da sociedade industrial e do emprego assalariado, com as transformações das relações de trabalho que ligam os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores e, mais precisamente, a codificação da relação salarial – apoiada no contrato de trabalho, institucionalizado e mais colectivo⁹. Isto não significa, no entanto, que desemprego nada tenha a ver com pobreza ou com exclusão. Vários autores¹⁰ têm argumentado que pobreza e desemprego, mesmo que não estejam sobrepostos, são fenómenos que estão ligados – em particular pela associação da pobreza ao emprego de baixos salários e ao trabalho precário. Sugere-se que conceptualizar o desemprego na perspectiva do entendimento das tensões políticas e sociais supõe uma autonomização da categoria do desemprego face à da pobreza, e uma recuperação do conceito de privação. Neste sentido, considera-se que o conceito de privação tem um poder explicativo comum aos fenómenos do desemprego e da pobreza, importante para compreender os contrangimentos e potencialidades de acção colectiva e com relevância actual. Peter Townsend¹¹ define privação (relativa) como a falta de poderes e das oportunidades que moldam as expectativas dadas como garantidas pela generalidade dos membros da sociedade. Ora, Scott

⁹ Demazière (1995).

¹⁰ Caleiras (2011); Hespanha et al. (2007); Scott (1994).

¹¹ Townsend, Peter (1974), “The concept of poverty”, citado por Scott (1994).

defende que as declarações de Peter Townsend sobre a relatividade do conceito de pobreza e de privação devem ser compreendidas na relação com a *cidadania* e a *participação na esfera pública da vida social*, e que, nesse sentido, pode ser útil estabelecer a ligação entre os contributos das obras de Townsend e de T. H Marshall¹² sobre privação. Estabelecendo uma relação entre privação, privilégio e cidadania, Scott argumenta igualmente que as noções de privação e de privilégio estão relacionadas, na sua raiz, com a ideia de vida pública: os despojados estão excluídos da vida pública, enquanto os privilegiados têm à partida um ganho sobre a participação disponível, ganho este que resulta numa habilidade em excluir as outras pessoas do gozo desse benefício. Isto implica um bloqueio institucionalizado de poderes e oportunidades em cada uma das pontas da hierarquia de desigualdades, nas quais se verificam diferenças quantitativas e qualitativas em termos de participação.

O primeiro grande teste aos modelos de relações de trabalho que emergiram da revolução industrial surge com a crise económica que culminou na Grande Depressão (1929-1933). O desemprego atinge nesta época escalas sem precedentes e por um período muito maior ao esperado¹³, atingindo, nos piores períodos da crise, índices que se situaram nos 22/23% no Reino Unido e Bélgica, 24% na Suécia, 27% nos Estados Unidos, 29% na Austria, 31% na Noruega, 32% na Dinamarca e não menos de 44% na Alemanha. A situação ganhou dimensões particularmente dramáticas sobretudo em termos de desemprego de longa duração, em países - como era o caso dos Estados Unidos - em que os sistemas públicos de segurança social (incluído o subsídio de desemprego) ou não existiam, ou eram claramente insuficientes, o que contribuiu para que a questão da segurança e a garantia de um emprego, mesmo que modestamente pago, mas seguro e com direito a uma reforma, tenha passado a constituir uma preocupação fundamental da classe trabalhadora quanto às expectativas para as gerações futuras. A gravidade da crise contribuiu também para questionar a ortodoxia liberal - que defendia que era necessário deixar a economia seguir o seu curso, sem interferir nela -, assim como os governos que implementaram políticas deflacionárias, de “equilíbrio” orçamental e de redução de gastos. As implicações políticas desta crise foram muito além das suas consequências desastrosas imediatas: ensinou que, sem a intervenção dos governos, as economias capitalistas estão condenadas a longos períodos de desemprego. Se durante a II Guerra o crescimento do emprego resultou do investimento associado à economia de guerra, o problema que se coloca no fim da guerra é encontrar forma de traduzir o pleno emprego da economia de guerra em pleno emprego num tempo de paz¹⁴. É também no período pós-guerra, em 1945, que, na fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), criada para promover a paz internacional e a cooperação internacional na solução dos problemas económicos, sociais e humanitários, é assumido o compromisso com o pleno emprego (art^{os} 55º e 56º da Carta das Nações Unidas), como condição para a estabilidade e para o bem-estar das

¹² Marshal, T. H. (1949), “Citizenship and social class”, citado por Scott (1994).

¹³ Hobsbawm (1995).

¹⁴ Mitchell e Muysken (2008).

pessoas. O emprego deixa de ser considerado apenas no seu papel de gerador de rendimentos para ser reconhecido como uma necessidade e um direito humano fundamental: “*Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego*”, diz o Artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O desemprego passava então a ser encarado como um desperdício de recursos, uma quebra no rendimento nacional, restringindo assim a melhoria dos padrões de vida. É neste contexto que é estabelecido o modelo do pleno emprego que, não obstante as variações nacionais, estava assente em três pilares fundamentais: o económico, o redistributivo e o colectivo. O pilar económico foi definido com base num claro compromisso com o objectivo de pleno emprego, em torno do qual foi estruturada a política macro-económica. O pilar redistributivo representava um reforço do pilar anterior, estando desenhado para aperfeiçoar os resultados do mercado e segundo preocupações de equidade social. O pilar colectivo correspondia ao enquadramento filosófico para o modelo do pleno emprego: substituiu a dicotomia anterior entre “pobres dignos e pobres indignos” por uma ideia de cidadania que abraçava a noção de que a sociedade tinha uma responsabilidade colectiva no que diz respeito ao bem-estar dos seus cidadãos. Se, no período dopós-Segunda Guerra, a integração social era assegurada pelo desenvolvimento económico e pela difusão do assalariamento garantido por políticas macro-económicas assentes no pleno emprego, com o prolongamento da crise económica iniciada na década de 70, todo o modelo de cidadania do pós-guerra foi sendo assombrado pela convicção de que o desemprego não desapareceria com a retoma. É também nesta altura que o conceito de taxa de desemprego não geradora de pressões inflacionárias - habitualmente designada como taxa de desemprego não inflacionária ou NAIRU¹⁵ e encarada como indicador das evoluções estruturais do desemprego -, vai ganhando popularidade e, com ele, a convicção de que o desemprego constitui um elemento de equilíbrio do sistema económico e que a taxa de desemprego deve flutuar em torno de um ponto de equilíbrio dos factores de mercado.

A quebra dos laços sociais e o enfraquecimento das reivindicações organizadas

As mudanças anteriormente referidas coincidem com outras verificadas ao nível das políticas de emprego e de combate ao desemprego: ao mesmo tempo que uma parte importante da população é excluída do mercado de trabalho, é colocado em causa o paradigma do pleno emprego, com implicações quanto à sua salvaguarda enquanto direito de cidadania. O paradigma do pleno emprego é substituído pelo da plena empregabilidade e o conceito de cidadania, enquanto responsabilidade colectiva pelo bem-estar dos cidadãos, parece eclipsar-se. Os direitos de cidadania são substituídos por relações contratuais compulsivas, racionalizadas numa retórica de responsabilização individual.¹⁶ Assiste-se a um questionamento relativamente à capacidade das sociedades produtivas assegurarem a

¹⁵ Acrónimo para “*non-accelerating inflation rate of unemployment*”.

¹⁶ Mitchell e Muysken (2008).

vinculação social¹⁷: nas sociedades em que os mecanismos de integração social estão organizados em torno da produção, como é que são mantidos os laços sociais, quando não é assegurado o pleno emprego? Schnaper acrescenta ainda um outro alerta: considerando que nas últimas décadas se assistiu também a uma desinstitucionalização das relações familiares – e, em consequência, um enfraquecimento dos laços familiares – e tendo em conta a importância que tem o apoio familiar em situações difíceis como é o caso do desemprego, estas evoluções globais da estrutura social traduzem-se, ao nível dos indivíduos, num risco acrescido do surgimento de processos de exclusão, de desafiliação (Castel) ou de desligamento. No contexto do que Robert Castel designa por a *crise da sociedade salarial*¹⁸, o desemprego deverá deixar de ser considerado uma etapa para se tornar um estado, de natureza involuntária, produto de causas industriais e económicas e não de características individuais, de defeitos morais ou enfermidades¹⁹. Formular o desemprego como uma forma de exclusão social poderia até sugerir que nos estamos a desviar relativamente a elementos centrais de disputa política no campo das relações laborais que são fundamentos centrais da forma de organização das nossas sociedades, como é o caso da destruição do contrato de trabalho assalariado e o regime de bem-estar nele baseado.

Para percebermos melhor o processo de quebra dos laços sociais, importa aqui situar o desemprego no quadro das conceptualizações de autores clássicos. Em Marx, a definição de proletariado em função da posse da *simples força de trabalho*²⁰ permite localizar o/a desempregado/a, quando não seja detentor/a de propriedade, nesta classe social e relacionar directamente relações de propriedade e de produção e, portanto, no quadro da estrutura do mercado de trabalho. Neste sentido, para os/as proletários/as (aqui desempregados/as) transformarem o seu único bem (a sua força de trabalho) em rendimentos, terão de aliená-la no mercado de compra e venda da força de trabalho, transfigurando-a assim em mercadoria²¹. Nesta perspectiva, desempregado/a, sem outro bem que não seja a sua força de trabalho é, assim, sempre um trabalhador/a em potência, em relação de interdependência - mas desigual, visto que marcado/a por mecanismos de dominação e exploração - com o capital - “o trabalhador produz o capital, o capital o produz”²². Ao contrário de Marx, Weber não encara a força de trabalho como um *bem*, distinguindo assim as *classes de propriedade* das *classes de produção*, o que torna mais difícil situar as pessoas desempregadas face ao mercado de trabalho e desvaloriza o conflito capital-trabalho na explicação das relações de classe. Na prática, a propriedade é apenas um dos componentes causais das oportunidades de vida. O desemprego parece não existir na sua conceptualização sobre classes de produção, nas quais identifica apenas os *trabalhadores assalariados* nas classes negativamente privilegiadas, sendo possível situá-lo na sua categorização

¹⁷ Schnaper (1996).

¹⁸ Castel (1995).

¹⁹ Demazière (1995).

²⁰ Marx (1974a: 741).

²¹ Marx (1974).

²² Marx (2007: 84).

relativa às classes de propriedade negativamente privilegiadas (nos desclassizados ou desqualificados; nos pobres)²³. Tanto para Weber como para Marx, é no mercado que a relação entre as classes se realiza mas, se para o primeiro o mercado opõe necessidades e interesses em conflito, para o segundo o mercado cria possibilidades. Onde o primeiro enfatiza as potencialidades de agência colectiva na resolução dessas necessidades e interesses, o segundo enfatiza o papel da agência individual.

Assinale-se que, estando excluídos/as dos mecanismos institucionais de negociação colectiva, os/as desempregados/as não deixam de afectar os processos de negociação colectiva estabelecidos. A intensificação da globalização económica introduziu pressões sobre os regimes industriais nacionais²⁴, com as forças de mercado a infiltrarem-se na relação de emprego. No caso europeu, cujos sistemas de relações laborais foram construídos tendo por referência o Estado-Nação num contexto de relativa segurança no emprego e sob políticas económicas de pleno emprego, o processo de integração europeia, instituindo o Mercado Único e a adopção dos critérios de convergência de Maastricht, contribuiu para que as dinâmicas dos mercados de trabalho estivessem cada vez mais sujeitas à determinação externa, à qual se associa o enfraquecimento da regulação através da negociação colectiva; uma debilitação da vontade ou capacidade dos governos em impor uma regulamentação do emprego; a erosão das normas e valores que têm sustentado o modelo social europeu e constituído as bases estatutárias dos/as trabalhadores/as. Assistiu-se também ao fenómeno do desemprego em massa e ao crescimento da insegurança²⁵, que constituíram factores de pressão sobre as agendas de concertação social, no sentido da introdução de objectivos de “flexibilidade” e de “empregabilidade”²⁶. Verifica-se assim um enfraquecimento da posição do proletariado (incluindo as pessoas sem trabalho) no quadro dos sistemas de relações laborais. Como explica Paugam²⁷, a vulnerabilidade dos trabalhadores não resulta exclusivamente de uma relação de dominação no trabalho, mas também de um conjunto variado de situações incertas incluindo a angústia face ao risco de desemprego, uma fraca implicação na vida colectiva das empresas, ou mesmo, talvez, uma progressiva perda de identidade profissional. Neste sentido, e não deixando de se referir à temática das desigualdades sociais, o conceito de exclusão transcende-o ao atribuir-lhe um novo sentido que assenta não tanto na oposição de interesses entre grupos sociais e na luta pelo reconhecimento social, mas sobretudo na fraqueza das reivindicações organizadas ou de movimentos que permitam reforçar a coesão social das populações desfavorecidas. Afinal, são estas organizações (nomeadamente as sindicais) que precisam, também elas, de re-orientar o seus discursos e práticas no sentido de uma melhor aproximação aos públicos mais vulneráveis que caem em situação de desemprego.²⁸

²³ Weber (2004: 729). Para uma revisão das teorias de estratificação social, ver Scott (1996).

²⁴ Hyman (2002); Costa (2008).

²⁵ Hyman (1999).

²⁶ Lima (2004).

²⁷ Paugam (1996, pp.15).

²⁸ Estanque e Costa (2011).

Constrangimentos e potencialidades de acção colectiva de desempregados/as

Como explicava Demazière em 1995, as pesquisas então consagradas à acção colectiva de pessoas desempregadas visavam sobretudo explicar a sua fraca mobilização. *Os desempregados de Marienthal*, uma pesquisa realizada por Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel em 1931, com vista a explorar as atitudes e os efeitos do desemprego em Marienthal, uma localidade industrial, próxima de Viena de Austria, economicamente deprimida e atingida pelo desemprego durante na década de 1920, foi uma das pesquisas de referência na abordagem dos temas do desemprego e da pobreza e que marcou a tradição de pesquisa assinalada por Demazière. O principal objecto de estudo foi a própria comunidade atingida pelo desemprego, na sua totalidade, e não o desempregado isolado.²⁹ Os resultados da pesquisa colocaram em evidência o efeito paralisante do desemprego, que vai além da sua dimensão económica, e retrata uma comunidade outrora animada com uma vida social, mais vasta do que a da esfera do trabalho, e agora enfraquecida: os níveis de participação nas actividades colectivas locais (culturais, associativas, políticas) tinham diminuído significativamente; a falta de projectos de longo prazo revelou-se a atitude mais comum (nos poucos casos em que foram formulados projectos, ou o foram como projectos pessoais, ou como projectos de mudança colectiva); uma desestruturação dos tempos, em especial nos homens, onde o *fazer nada* ganha um espaço especial na ocupação dos tempos e mesmo os tempos de lazer perdem o significado anterior.

A investigação colocava em evidência a centralidade do trabalho nas sociedades industriais, na estruturação do presente e do futuro e na construção dos sentimentos de pertença. O estudo de Marienthal é, de alguma forma, datado e, como referem os seus autores, os seus resultados dificilmente seriam generalizáveis, mas deu contributos importantes na compreensão do desemprego e marcou toda uma linha de análise que acentua a improbabilidade da mobilização de desempregados: o desemprego, em particular o de longa duração, leva os indivíduos à apatia e conformismo, assim como à erosão de capital social, como por exemplo a confiança, contactos pessoais e pertenças organizacionais³⁰. Como nas sociedades industriais modernas o trabalho é um elemento estruturador das sociabilidades, o desemprego é mais do que a perda de estatuto social ou uma exclusão do mercado de trabalho, é conceptualizado como uma forma de exclusão social. Uma das hipóteses colocadas, na falta de pesquisa comparada, no estudo de Marienthal e que justificou abordar uma comunidade devastada pelo desemprego, foi a de que o desempregado rodeado de pessoas com trabalho, distingue-se do desempregado que vive exclusivamente com outros desempregados. Não se pretendendo analisar um grupo excluído com fronteiras geográficas ou culturais definidas como no caso dos desempregados de Marienthal, retenha-se uma dimensão qualitativa que constitui o ponto

²⁹ Lazarsfeld et al (1981).

³⁰ Baglioni et al (2008).

forte do conceito de exclusão³¹: o facto de permitir abordar problemas sociais como o desemprego e a pobreza, encarando-os não como problemas sociais claramente delimitados, mas como parte da relação social mais básica – a de pertencer ou não à própria sociedade. Esta relação social fundamental, tanto pode referir-se a dimensões de natureza económica (ex: participação ou não no mercado de trabalho), como política (ex: concepções sobre cidadania) ou ainda social (ex: sociedade civil, família, outras redes informais).

Só muito recentemente, nos finais da década de 90, é que surgiu um maior interesse em estudar as experiências de mobilização de pessoas desempregadas, que ganharam maior visibilidade. Um dos avanços mais significativos neste campo temático resultou do projecto transnacional de investigação comparada *The contentious politics of unemployment: political claiming making, policy deliberations and exclusion from the labour market* (UNEMPOL)³² foi lançado em 2002, com o objectivo analisar as políticas conflituais do desemprego na Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Suécia e Suíça. Uma das vertentes do projecto UNEMPOL incluiu a análise comparada das experiências de mobilização colectiva de pessoas desempregadas - as suas condições, estruturas, dinâmicas - ocorrida em três países europeus (Alemanha, França e Itália) desde o final da década de 90.³³ Na identificação dos constrangimentos à mobilização colectiva de desempregados/as, Baglioni et al. sublinham a existência de forças poderosas e de atomização social e política, tais como: o facto de estarmos a lidar com um grupo heterogéneo de pessoas com biografias, interesses e um leque de identidades e sistemas de crenças diversos; a estigmatização pública e o isolamento social dos/as desempregados/as; o facto da insegurança laboral dificultar a formação de redes, pertenças e o desenvolvimento de organizações estáveis. Embora este árido cenário reforce a convicção da impossibilidade de mobilização social de quem está desempregado/a, as conclusões do estudo, apesar de cautelosas, questionam visões deterministas e essencialistas sobre as possibilidades de mobilização de desempregados/as, remetendo-nos para a complexidade dos factores em jogo. Por um lado, os desenvolvimentos estruturais reforçam os potenciais de mobilização latentes, mas a acção colectiva continua a depender de factores situacionais que as próprias pessoas desempregadas não controlam. A mobilização tende a ser rara e frágil, não por uma relutância intrínseca em agir colectivamente, antes pela necessidade de superar barreiras significativas na organização da acção colectiva. Nos casos estudados foi conseguido um processo de *empowerment* e de aprendizagem colectiva sobre formas de trabalhar sobre o sistema de oportunidades e de constrangimentos disponíveis. Foram identificadas várias tendências associadas aos casos de mobilizações estudados:

1. Os altos níveis de mobilização verificados nestes países corresponderam a fases de **altos níveis de desemprego**, embora essa relação não fosse nem directa, nem automática.

³¹ Woodward e Kohli (2001).

³² Giugni e Statham (2002).

³³ Baglioni et al (2008).

2. O facto de o desemprego estar associado a algum tipo de **privação material** - em tese, uma motivação suficiente para revolta pessoal -, e do **desemprego em massa permitir um maior reconhecimento público do problema**, constituem, não obstante a vulnerabilidade associada ao desemprego, elementos potenciadores da acção colectiva, mas não são condições suficientes.
3. **Situações de grande incidência de desemprego regional** (correspondendo igualmente a uma maior concentração de desempregados/as e a uma maior percepção da privação), especialmente **quando associadas a clivagens históricas, económicas e sociais duradoras**, são potencialmente mais geradoras de mobilização colectiva;
4. Quando ocorrem **acontecimentos que implicam a deterioração da situação das pessoas sem trabalho**, nomeadamente quando as políticas e os serviços públicos são incapazes de dar respostas em momentos específicos da crise de desemprego ou quando são aplicadas reformas que limitam direitos sociais aos quais os/as desempregados anteriormente tinham direito.
5. Para gerar descontentamento, **as privações devem ser percebidas como injustas**, quando comparadas com a situação de outros e, embora os ressentimentos sejam percebidos subjectivamente, as privações são **interpretadas, de forma colectiva**, como injustificadas.
6. **As frustrações são agravadas pelo facto de as expectativas terem sido altas** – nos casos analisados, os ciclos de mobilização dão-se no contexto de descontentamento relativamente ao não cumprimento das promessas de melhoria social pelos governos, de centro-esquerda em vários casos.

Baglioni et al analisaram experiências de mobilização de facto ocorridas, o que não é o caso do presente estudo, que pretende explorar os constrangimentos e as potencialidades de acção colectiva de desempregados/as no contexto português e identificar pistas que permitam perceber como favorecer esse tipo de mobilização colectiva. Um traço importante destas abordagens à análise da mobilização colectiva de pessoas desempregadas está assente na ideia de que o desemprego é simultaneamente um problema individual - não só em termos de recursos económicos, mas também em termos de auto-estima e de reconhecimento social - e um desafio social e político³⁴. Ora, isso coloca exigências importantes ao nível da teorização do desemprego implicando, sem deixar de mobilizar conhecimentos desses campos temáticos, situá-lo para além das tradições sociológicas que têm abordado os temas das desigualdades, da pobreza e exclusão social³⁵, da análise das condições sócio-económicas que têm dado origem a mudanças no mercado de trabalho³⁶, das políticas que têm sido adoptadas para combater o desemprego³⁷, e situar o desemprego num plano político conflitual³⁸, procurando perceber

³⁴ Giugni (2010).

³⁵ Abordagens como as adoptadas em Caleiras (2011), Hespanha et al (2007), Lazarsfeld (1981), Paugam (1996), Scott (1994), Schnaper (1996).

³⁶ Castel (1995), Castells (2003).

³⁷ Ferrera et al (2000), Pedroso (2008).

como estas questões são mediadas pela cidadania. As políticas conflituais do desemprego, referem-se a *conflitos políticos que perpassam segmentos da população que experienciam marginalização através da exclusão do mercado de trabalho (parcial ou total, temporária ou permanente), por um lado, e as medidas políticas que são desenhadas para abordar essas questões, por outro*³⁹. Estas abordagens situam-se nas teorias que têm analisado os movimentos sociais e a acção colectiva e, em particular, nas teorias do conflito ou *as teorias da agência colectiva e competição por recursos*⁴⁰. Considerar o contributo destas abordagens para o estudo do fenómeno do desemprego requer analisar se podemos considerar as pessoas desempregadas como um *quase-grupo* - ou seja, e usando os termos de Dahrendorf⁴¹, se estão unidos colectivamente pelos seus interesses estruturais e por um potencial de acção colectiva. Desse ponto de vista, na análise dos constrangimentos à mobilização de pessoas desempregadas, é importante ter presente que, estando a experiência do desemprego associada a mecanismos e processos sociais que incluem a exclusão do mercado de trabalho, mais do que um grupo social, os/as desempregados/as constituem uma categoria estatística⁴². Explorar essa possibilidade implica considerar o conceito de *colectividade* que, não sendo uma categoria demográfica, nem um grupo, é usado por Scott⁴³ num sentido próximo mas distinto de quase-grupo. Colectividade refere-se a “sistemas de acção com fronteiras definidas demograficamente e cujas condições de existência geram orientações e preocupações entre os seus membros”. Não se tratando de um grupo de interesse organizado (como, por exemplo, os/as trabalhadores/as organizados/as em sindicatos), não se pode considerar as pessoas desempregadas como agentes colectivos. Porém, interessa perceber em que condições podem vir a sê-lo, procurando identificar as propriedades emergentes desta colectividade e procurar perceber que grupos, organizações ou movimentos sociais podem formar ou aos quais se podem associar e/ou aliar. Abordar a própria formação dos grupos de conflito, pressupõe considerar *a existência de um quadro conceptual no qual os grupos estão localizados e que as suas acções reproduzem ou transformam*⁴⁴.

As políticas conflituais desencadeiam-se quando uma alteração das oportunidades e constrangimentos políticos criam incentivos para actores que carecem de recursos próprios. Como

³⁸ Giugni e Statham (2002), Giugni (2010). Os autores usam o termo “contentious”, um conceito por Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam (em português “contencioso, brigão, litigioso”) para se referirem a uma mudança verificada nas democracias industriais avançadas, em que o protesto social tornou-se um elemento contínuo, verificado com maior frequência, em condições mais diversas, para representar um conjunto mais vasto de reivindicações e na qual os movimentos sociais se tornaram um elemento a ser considerado no contexto da política convencional, verificando-se uma combinação de modos institucionais de acção com litígio não institucional.

³⁹ Giugni e Statham (2002: pp. 6).

⁴⁰ Tal como foram definidas por Scott (1995: pp. 118).

⁴¹ Ver revisão do conceito feita por Scott (1995) numa abordagem ao conflito e a agência colectiva.

⁴² Esta é uma das razões por que o estudo da mobilização de desempregados ganha uma nova pertinência – ao incidir sobre um fenómeno social (acção colectiva) característico dos grupos, esta abordagem permite novos insights na compreensão do próprio fenómeno do desemprego.

⁴³ Scott (1995:132).

⁴⁴ Scott (1995: pp. 136).

alerta Tarrow⁴⁵ parafraseando Hardin, *a acção colectiva não é uma categoria abstracta que se sustente fora da história e da política*, e torna-se conflitual quando é usada por pessoas que usualmente não têm acesso a instituições para explorar oportunidades políticas, criar identidades colectivas, organizar pessoas e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos, tomando assim a forma de desafios colectivos a arranjos de poder e de distribuição. Isto significa considerar um conjunto vasto de constrangimentos e oportunidades políticas que moldam os movimentos sociais; os meios colectivos, informais e formais (estruturas de mobilização); e os significados partilhados e definições que as pessoas dão à sua situação.⁴⁶ O estudo realizado por Baglioni et al⁴⁷ centrou-se no desenvolvimento de hipóteses explicativas sobre os contextos macro-estruturais e as condições que afectam a sua mobilização, e não tanto as dinâmicas de natureza micro, que deixam para outras abordagens, tecendo considerações pertinentes quanto aos constrangimentos e às potencialidades de mobilização. Considerando que um dos desafios fundamentais deste estudo é estudar os constrangimentos e potencialidades de acção colectiva em contexto português, e não existindo em Portugal qualquer investigação específica sobre este tema, este estudo, pela sua natureza comparativa, constitui um bom ponto de referência para construir um modelo de análise. Neste sentido, e não sendo razoável estabelecer objectivos de previsão, os potenciais deste conhecimento para as práticas sociais serão explorados considerando duas propostas metateóricas.⁴⁸

Uma primeira tem a ver com a ênfase na diferença entre acontecimentos observáveis e a realidade social. A relação entre a realidade e o nosso conhecimento engloba três domínios ontológicos distintos: o empírico (as nossas experiências), o actual (os acontecimentos) e o real. A realidade social é constituída por estruturas e objectos internamente relacionados com propriedades causais e é neste domínio que se situam os mecanismos que produzem acontecimentos no mundo. Ora, a pesquisa empírica abrange apenas um conjunto limitado de experiências de todos os acontecimentos que realmente ocorrem. *Para avançar no conhecimento da realidade social é necessário ir além do que é empiricamente observável procurando identificar os requisitos básicos ou as condições necessárias para se verificar uma ocorrência* – considerar mais do que as circunstâncias contingentes (experiência), as circunstâncias sem as quais um determinado acontecimento não poderia ter ocorrido. É necessário tentar reconstruir as condições básicas para que qualquer coisa seja o que é, por exemplo, procurando identificar as propriedades ou qualidades que estão por trás do observável, colocando a questão: *o que torna um determinado fenómeno possível?* Um dos pressupostos que permite responder a esta questão é o de que os fenómenos sociais são o que são em virtude das relações internas que têm com outros fenómenos.

⁴⁵ Tarrow (1998).

⁴⁶ McAdam et al (1996).

⁴⁷ Baglioni et al (2008).

⁴⁸ Danermark et al (2002).

Uma segunda tem a ver com a adopção do dualismo analítico como quadro meta-teórico de análise da relação estrutura-agência, uma questão chave na análise dos fenómenos do conflito e da acção colectiva. Contrariamente ao postulado na teoria da estruturação proposta por Anthony Giddens⁴⁹, pressupõe-se que as estruturas sociais e a agência humana constituem fenómenos interligados mas distintos, com diferentes poderes e propriedades. *A estrutura constrange e possibilita as acções dos agentes; os agentes reproduzem e transformam as estruturas*. As estruturas sociais são sempre o contexto no qual acção e a interacção social têm lugar, ao mesmo tempo que a interacção social constitui o ambiente no qual as estruturas são reproduzidas ou transformadas (processo de elaboração), sendo por isso fundamental estudar a relação entre uma e outra.

Pretende-se identificar os mecanismos que poderão potenciar acção colectiva de pessoas desempregadas (domínio do real) partindo do princípio que, mesmo que esses mecanismos e tendências não se manifestem (domínio do actual), poderão ser pesquisados a partir das experiências associadas ao desemprego (domínio do empírico). Assim sendo, de forma a compreender os constrangimentos e as potencialidades de acção colectiva de desempregados/as, foi elaborado um modelo de análise que permita entender este fenómeno do desemprego enquanto *situação (condição), relação e experiência social*, procurando assim ajudar a orientar os procedimentos de pesquisa na identificação dos mecanismos que poderão estar associados à acção colectiva de pessoas desempregadas. Neste sentido, e pressupondo que é necessário “contrariar a presunção fatalista de que *não há alternativas*”⁵⁰, ou que, como argumenta Bourdieu⁵¹, “a mobilização daqueles cuja existência constitui sem dúvida o factor de desmobilização é o mais extraordinário dos encorajamentos à mobilização, à ruptura com o fatalismo político”, considera-se que a mobilização de pessoas desempregadas representa um elemento estratégico para a acção dos sindicatos: como as respostas, quando baseadas sectorialmente, podem implicar uma estabilização dos “*insiders*” face a “*outsiders*”, em situação cada vez mais precária - perpetuando a segmentação laboral e amplificando uma percepção pública dos sindicatos como defensores de privilégios de determinados sectores - coloca-se a necessidade de uma agenda sindical que ligue os direitos das pessoas precárias, desempregadas e daquelas em situação relativamente estável⁵². Esta situação de desenraizamento dos desempregados face aos sindicatos e a fragilização dos laços sociais levanta uma questão fundamental, e que parte da constatação de que, parafraseado Melluci⁵³, não há mobilização que nasça no vácuo: indivíduos isolados e sem raízes nunca se mobilizam. Explorar as potencialidades de mobilização colectiva implica responder a outras duas questões, uma de diagnóstico, outra mais propositiva, ambas pertinentes para

⁴⁹ Giddens, Anthony (1986), *The Constitution of the Society. Outline of the Theory of the Structuration*.

⁵⁰ Hyman (2002: 23).

⁵¹ Bourdieu(1998: 123).

⁵² Hyman (1999).

⁵³ Melluci (2001).

os objectivos do presente trabalho. A primeira, relaciona-se com o que Diani⁵⁴ considera ser o verdadeiro dilema da acção colectiva: *como é que a incrustação em redes sociais afecta a decisão das pessoas em se envolver em acção colectiva?* A segunda é-nos levantada por Calle⁵⁵: *considerando que a rede é composta por nós autónomos, como é que se pode gerar dinâmicas conjuntas?*

O desafio à ficção atomizante

No caso da mobilização de pessoas desempregadas, para responder à primeira questão é necessário perceber em que tipo de redes sociais estas estão inseridas. Neste sentido, a hipótese que se coloca é que, se é verdade que a maior parte da evidência empírica vai no sentido de indicar que a situação e a experiência do desemprego contribui para uma forte erosão das redes sociais, também não será precipitado pressupor que quem está no desemprego mantém, na actualidade e em potência, algum tipo de inserção em redes sociais. Na análise comparativa de experiências de mobilização colectiva anteriormente mencionada⁵⁶, uma das conclusões foi a de que a acção colectiva permitiu um fortalecimento da rede, mas que não seria possível sem a ligação próxima de pessoas partilhando os mesmos problemas e esperanças, uma relação que era essencialmente alimentada num contexto local. Os recursos e organizações envolvidos a este nível eram muitas vezes baseados em actividades diárias rotineiras de ajuda mútua, que providenciaram a base para o desenvolvimento de socialização e um envolvimento político mais específico.

A constatação da possibilidade de mobilização de desempregados/as tem implicações que vão além de pura engenharia organizacional – sugere o questionamento dos princípios que mais têm marcado a evolução das sociedades contemporâneas. Weber⁵⁷ lembra que o funcionamento da economia tende a separar as pessoas do seu contexto relacional libertando as transacções económicas de todo o seu peso de relação social. Desse ponto de vista, argumenta, *o indivíduo separado, livre, igual é uma ficção eficaz: está na base da legitimidade das nossas sociedades*. Ora, enfatizar os laços sociais, numa óptica solidária e mobilizadora, daquelas pessoas que se encontram em situação de desigualdade - pelo menos no que concerne ao direito a um trabalho digno -, e a quem as nossas sociedades tendem a isolar - generalizando a ideia de que deverão estar entregues a si mesmas - constitui por si só um elemento de desafio a um sistema social atomizante. Pierre Bourdieu⁵⁸ ilustrou bem esta ideia na sua intervenção proferida durante a ocupação, por pessoas desempregadas, da *École Normale Supérieure*, ao considerar que a primeira conquista do movimento era a sua própria existência, pois esta “arranca os desempregados (...) à invisibilidade, ao isolamento, ao silêncio, em suma, à inexistência”. O mais interessante no argumento de Weber está no confronto entre aquilo que

⁵⁴ Diani (2011).

⁵⁵ Calle (2005).

⁵⁶ Baglioni (2008).

⁵⁷ Weber (2001).

⁵⁸ Bourdieu (1998: 122).

é o jogo abstracto e a realidade das pessoas, em cenários sociais que incluem os territórios, as coisas e as relações sociais. O indivíduo separado é uma ficção. É eficaz porque, argumente-se, tem impactos reais que vão além do jogo abstracto. Mas não deixa de ser uma ficção: as pessoas existem em territórios, no meio de objectos, no contexto de relações sociais. De certa forma, o desafio à ficção atomizante implica a recuperação da ideia de comunidade e o equacionamento das questões da estruturação espacial que, como argumenta Estanque⁵⁹, continua a ser crítica para os processos de estruturação identitária e da conflitualidade social – nesta mesma linha de análise Hyman tem sugerido que é importante considerar as formas de solidariedade orgânica nos processos de renovação sindical⁶⁰. Wellman⁶¹ propõe uma recuperação do conceito de comunidade, argumentando que esta não desapareceu, apenas se mudou da vizinhança tradicional, à medida que os constrangimentos territoriais enfraqueceram – os meios de transporte e de comunicação ganharam uma nova importância para compreender como é que as pessoas procuram ultrapassar o isolamento. Isto não significa que os laços tradicionais sejam irrelevantes, apenas sugere que devem ser procurados onde quer que seja que possam existir: na vizinhança, nas solidariedades familiares, ou em redes que chegam mais longe e podem incluir amigos ou conhecidos. A recuperação do conceito da comunidade pode ser potenciada pela utilização do ponto de vista da Análise de Redes Sociais (ARS), na qual *rede* constitui o elemento chave podendo ser utilizado simultaneamente como ferramenta teórica e metodológica utilizada para descrever morfologicamente uma estrutura, identificar as condições da sua emergência ou avaliar os seus impactos. Como argumenta Pereira⁶², a rede é também um ponto de vista, uma forma de olhar a sociedade que permite considerar as formas relacionais que a estruturam e os processos de construção dessas formas. A estrutura social é vista como organização padronizada que inclui *nós* – pessoas, grupos, organizações, estados, etc. – e *laços* (ligando nós), permite olhar as relações sociais que transcendem grupos e ter em conta os contextos em que estas ocorrem⁶³. A outra vantagem tem a ver com o facto de não tratar as fronteiras de grupo como verdadeiras fronteiras, permitir procurar traçar as relações sociais daqueles/as que estão a ser estudados/as, independentemente da direcção que tomarem essas relações e com quem elas são estabelecidas. Neste sentido, as fronteiras podem ser tratadas como questões em aberto.

Centremo-nos na segunda questão: considerando que a rede é composta por nós autónomos, como é que se podem gerar dinâmicas conjuntas? Se o desenvolvimento de redes sociais pode ser uma estratégia individual para quebrar o isolamento social, pode igualmente ser uma estratégia colectiva para quebrar esse mesmo isolamento. Foi, aliás, essa a lógica identificada no estudo de Baglioni et al: a criação de laços locais serviu de base para o desenvolvimento de socialização e para um

⁵⁹ Estanque (1999).

⁶⁰ Hyman (1999).

⁶¹ Wellman (1998).

⁶² Pereira (2009).

⁶³ Wellman (1998).

envolvimento político mais específico. Adoptar a rede como um ponto de vista pode ser igualmente importante para equacionar instrumentos de acção colectiva. Uma das conclusões chave dum estudo sobre movimentos alterglobalistas⁶⁴, é a de que *as redes existem, mas também podem ser ajudadas* através de instrumentos potenciadores que tanto podem incluir dimensões infra-estruturais - tecnologias de informação, ferramentas de comunicação e de tradução -, como facilitadores superestruturais - a partilha de uma memória histórica, referências simbólicas, sentimentos de pertença, traços identitários, enfim, elementos potenciadores e reforçadores da construção da coesão interna. Diani reforça a ideia da emergência de actores colectivos como o resultado de laços intencionalmente construídos. O autor explica que as redes de movimento emergem de escolhas diferenciadas feitas por actores independentes em termos de parceiros de alianças, fontes privilegiadas de informação e organizações/grupos a aderir. Essas escolhas podem depender de questões práticas - como os constrangimentos de tempo e de recursos -, ou de processos socio-demográficos - como situações de segregação sócio-demográfica ou mudanças drásticas no sistema sócio-económico devido a políticas neoliberais. As características dos actores - as suas identidades e os seus sistemas de crenças - desempenham também um papel chave, contribuindo para facilitar ou impedir a criação de laços. Isto pode incluir questões de natureza cultural (por exemplo questões baseadas na raça, classe ou género), ou processos identitários mais genéricos, incluindo a forma como os actores se representam a si próprios e aos seus adversários, e a leitura que fazem do que está em jogo no conflito. Diani salienta ainda a necessidade de considerar seriamente a dimensão espacial das redes, que estão incrustadas em territórios específicos.

Nas experiências de mobilização analisadas no estudo comparativo anteriormente indicado, as pessoas desempregadas activistas procuraram ultrapassar a sua situação de marginalização - exclusão social, apatia e falta de recursos -, tentando aproveitar as estruturas de oportunidades políticas e mobilizar um conjunto de estratégias e recursos organizacionais adequados. Em qualquer dos casos, e embora se tenham verificado em cada um dos países, padrões específicos de contexto social e institucional⁶⁵, os/as activistas investiram, especialmente a partir das mobilizações do final da década de 90, no desenvolvimento de uma estrutura capaz de resolver as principais debilidades resultantes da

⁶⁴ Pereira (2009).

⁶⁵ Na Itália, a mobilização concentrou-se em áreas urbanas onde se tem verificado um desemprego endémico (taxa de desemprego de 30% durante décadas) comum a longa tradição de lutas sociais, políticas e laborais que em muito escaparam ao controle dos sindicatos e outros actores institucionais. Em França, o país europeu onde a mobilização de desempregados ganhou maior visibilidade, a mobilização de desempregados assumiu uma dimensão nacional. As organizações de desempregados franceses construíram uma rede de dimensão nacional estabelecendo alianças com sindicatos e organizações de esquerda. O caso da Alemanha teve particularidades interessantes. Em meados da década de 90 verifica-se a mobilização de base local, mas coordenada nacionalmente, atingindo o seu pico em 1998. Uma segunda vaga de protestos ocorre em 2004, particularmente na Alemanha de Leste como oposição ao programa de reforma Agenda 2010, apresentado pelo governo, que visava restringir protecção social, reforma, protecção na doença e protecção por incapacidade, assim como as regras relativas aos apoios e aceitação de emprego por desempregados. No mesmo ano mais de um milhão de pessoas protestaram em 230 cidades, reflectindo um movimento que incluiu um vasto conjunto de alianças.

situação de precariedade partilhada característica da situação de desemprego, nomeadamente em termos de recursos disponíveis, de peso político e de visibilidade pública. A solução organizacional encontrada passou pela conjugação da construção de alianças vastas com um baixo nível de formalização e institucionalização. Outra das estratégias foi a adopção de um comportamento mais conciliatório, de forma a permitir juntar forças e energias entre actores enfraquecidos. Por outro lado, foram criados um conjunto de organizações e alianças nacionais que nunca substituíram a estrutura policêntrica ao nível de base por uma estrutura hierárquica, nem procuraram ultrapassar as fragmentações geográficas e ideológicas. Visaram sobretudo disponibilizar alguns instrumentos formalizados de coordenação, intermediação e representação pública. De facto, embora a sua eficácia dependesse da ligação às organizações de base local - mais efectivas na activação e na sustentação de formas de representação (*constituencies*), no incentivo à participação e no controlo sobre os seus membros -, este movimento para o nível nacional trouxe vantagens para as organizações de base local, pois contribuiu para alimentar a sua legitimidade e trazer sustentabilidade num prazo mais lato. Esta rede organizacional foi fundamental para a acção colectiva das pessoas sem trabalho, também por ter aberto espaço ao estabelecimento de alianças atraindo investimento político na sua acção. Nos modelos das políticas conflituais, é argumentado que, para poderem entrar na *arena de negociação, explícita ou implícita*, de um modo que lhes seja favorável, os “sem poder” necessitam de activar *third parties*, de forma a conseguir ultrapassar os obstáculos defrontados.

O ovo, a galinha e a emergência de acção colectiva

Temos procurado entender onde estão os/as desempregados/as. Agora cabe perguntar: Quem são os/as desempregados/as? Quais as suas preocupações e os seus anseios? Este é um tema crucial se considerarmos a diversidade de experiências e de incrustação social dos/as desempregados/as. Foi sugerido anteriormente que quem está no desemprego mantém, na actualidade e em potência, algum tipo de incrustação em redes sociais. Uma segunda hipótese que se coloca é que a incrustação verificasse de forma diversificada, dependendo da combinação de factores que enformam a experiência do desemprego. Damazière enumera os mais importantes: a fase do ciclo de vida experienciada, a posição na estrutura social, a posição numa determinada trajectória social, as antecipações subjectivas relativamente ao futuro ou os estatutos objectivamente possíveis. A experiência do desemprego, não anulando as diferenças sociais e as socializações anteriores, constitui uma condição social usada de forma diversa por diferentes grupos sociais. Para entender a forma como se combinam estes factores, considere-se o modelo de análise das experiências de desemprego proposto por Araújo⁶⁶, que cruzou factores de vulnerabilidade intrínseca (características sociais e trajectórias de vida dos indivíduos) e extrínseca (espaços sociais de ancoragem), mediadores de compensação (Estado Social, Redes Sociais e Actividades de substituição), e as estratégias de reacção à privação de emprego.

⁶⁶ Araújo (2008).

A experiência de desemprego está associada a um processo de socialização, à reavaliação constante, por quem está na situação de desemprego do seu próprio valor social, assim como a negociação do seu destino.⁶⁷ Na dimensão temporal da sua experiência e da sua identidade, o presente pode ter um peso muito significativo, *a tirania do presente*⁶⁸, marcado pela incapacidade de se projectar positivamente no futuro. Um dos elementos cruciais para compreender a experiência actual do desemprego tem a ver com as mudanças e adaptações resultantes da perda do emprego, as mudanças e adaptações implicadas – é necessário *ter a noção daquilo que se perdeu com a perda de emprego*⁶⁹. No estudo desenvolvido por Araújo, para a maior parte dos entrevistados/as - ex-operários de uma fábrica de cerâmicas falida, com idades entre os 45 e os 55 anos - tratava-se da perda de um trabalho de uma vida, que se esperava que fosse para toda a vida, pelo menos até à garantia do direito à reforma. Para estas pessoas, *demasiado velhas para trabalhar e novas demais para a reforma*, o desemprego foi largamente encarado como uma *tragédia pessoal*, uma derrota após um duro e longo processo de luta pela defesa dos postos de trabalho e contra o processo de encerramento da fábrica. Pode vir associado a sentimentos de ressentimento, de revolta, mas também poderá vir associado a sentimentos de vergonha, conformismo e resignação. O trabalho naquela empresa fazia parte da identidade destas pessoas – constituía o seu principal contexto de sociabilidade, a base de rotinas e hábitos, motivo de orgulho e fonte de valorização social. Nestes casos, o trabalho não era apenas uma fonte de rendimento e de realização, era igualmente uma norma de vida. Entre os mais jovens, a experiência do desemprego poderá assumir traços distintos. Demazière faz uma revisão da pesquisa sobre inserção profissional de desempregados identificando quatro tipos de racionalidades associadas às práticas, atitudes e representações dos/as desempregados/as mais jovens. Tomando por referência uma dimensão temporal, é possível distinguir, num extremo, os/as jovens sem *destino*, sem projectos profissionais nem perspectivas de antecipar acesso a um trabalho estável; noutro, os/as jovens com estratégias *azimutes*, apostando na estabilização num emprego estável, através da combinação de formas diversas de emprego com as ocasiões de formação e aprendizagem. Entre estes dois pólos, a incerteza é uma marca importante e antecipa ou o emprego precário, ou as formações de finalização incerta. A par desta dimensão temporal está uma relacional: de um lado, a aposta na *certificação* com o prolongamento da etapa de formação, normalmente associada a existência de um adulto de referência; de outro, o predomínio do *trabalho instrumental*, e a aceitação de qualquer tipo de trabalho.

Vários autores têm destacado a importância dos processos identitários na construção de acção colectiva e na emergência e desenvolvimento de movimentos sociais⁷⁰, num movimento que surge como forma de preencher lacunas nos modelos que até então, pela década de 80, eram dominantes: as

⁶⁷ Demazière (1995).

⁶⁸ Araújo (2008).

⁶⁹ Araújo (2008: 86).

⁷⁰ Castells (2003); Diani (2010); Estanque (1998); Melluci (2001); Polleta e Jasper (2001); Pereira (2009).

teorias da mobilização de recursos e do processo político⁷¹. Poleta e Jasper apontam quatro tipos de questões que inspiraram este deslocamento para o conceito de identidade colectiva: Por que é que os colectivos se envolvem em acção colectiva no momento em que o fazem? Quais as suas motivações para agir? Como é que fazem as suas escolhas estratégicas? Quais os impactos culturais dos movimentos sociais? Estas questões são de facto pertinentes e produziram resultados – na forma de declarações – sobre o papel da identidade colectiva na emergência, trajectórias e resultados dos movimentos sociais. Desde as categorias sociais predominantes entre os/as activistas, até à experiência da solidariedade dentro dos movimentos, passando pelo carácter expressivo da acção, o conceito foi utilizado para descrever as mais variadas dimensões e dinâmicas do protesto social. Polleta e Jasper⁷² lançam o alerta: o conceito de identidade colectiva foi forçado a fazer demasiado do ponto de vista analítico. Um dos conceitos prejudicados analiticamente no movimento de deslocação teórica para a cultura, foi o conceito de *interesses*, que aponta para o cálculo racional na avaliação de escolhas. A explicação para acção colectiva aponta – por exemplo, no caso da situação de desemprego - para a esfera de privações e para o domínio das relações materiais – a reivindicação de trabalho, de condições básicas de existência. Em causa está um conflito em torno do acesso a recursos, associado a uma *política de redistribuição*⁷³, fundamental em qualquer programa reivindicativo que tenha objectivos de justiça social. No entanto, a implicação do critério dos interesses na formulação de agência colectiva presume a pré-existência de um actor colectivo capaz de reconhecer as oportunidades colectivas e de mobilizar recursos com objectivos políticos⁷⁴. Os movimentos em torno da paz, da ecologia, os movimentos feministas ou os movimentos LGBT acabaram por questionar estes pressupostos: nem sempre se pretendia ganhar aos actores institucionais concessões políticas ou económicas em função de interesses, no sentido convencional do termo. Em vez disso, estes movimentos lutavam pelo reconhecimento de novas identidades e estilos de vida. Isto não significa que o conceito de *interesses* seja irrelevante na compreensão dos processos de mobilização social, pois considera-se que ambos os conceitos são pertinentes na análise da mobilização colectiva e não devem ser vistos como opostos. Polleta e Jasper levantam ainda uma outra questão: é a identidade ou o interesse a pedra de toque para a escolha individual? Uns diriam que os indivíduos escolhem as identidades que maximizam as suas preferências; outros, que será a defesa de uma reputação e os benefícios associados; outros, que a identidade estabelece os termos fundamentais do cálculo individual e estratégico; outros ainda, que o interesse não tem qualquer significado sem identidade – os círculos de reconhecimento não só validam acções na defesa de interesses já estabelecidos, como ajudam a constituir novas identidades donde fluem os interesses. O debate, argumentam os autores, é quase *um tipo de questão sociológica do ovo e da galinha*, semelhante ao debate sobre o que virá primeiro – o indivíduo ou a sociedade. Uma tarefa

⁷¹ Polleta e Jasper (2001).

⁷² Polleta e Jasper (2001).

⁷³ Fraser (2002).

⁷⁴ Polleta e Jasper (2001).

alternativa, proposta no mesmo artigo, será a de questionar se será um ou outro conceito que, em diferentes contextos, ganhará mais saliência. Neste sentido alguns autores argumentam que as acções baseadas na identidade, mais do que nos interesses, são particularmente prováveis em contextos em que as mudanças políticas, económicas e sociais desestabilizaram as identidades anteriores.

Regressemos à necessidade de processos de aprendizagem colectiva que dêem lugar à mobilização dos/as desempregados, dos/as sem trabalho. Nancy Fraser salienta que o centro de gravidade foi transferido da redistribuição para o reconhecimento, trazendo associado o declínio de uma política de classe. Ora, como alerta Demazière, contrariamente àquela que é a concepção clássica do desemprego - ou seja, uma situação temporária, à qual todo/a desempregado/a pode rapidamente escapar -, o conceito de desemprego tem evoluído de um *parêntesis* nas trajectórias profissionais para uma condição mais permanente dos percursos individuais. Neste sentido, a emergência de um movimento dos/as sem trabalho, mais do que uma recusa em sair da situação de desemprego, *parte da constatação da impossibilidade* de encontrar trabalho digno. Isto implica uma política de reconhecimento: por um lado, do direito à participação pública, a serem considerados/as como uma voz a ter em conta, na proposta de reivindicações concretas, na defesa dos seus direitos, dos seus interesses mais imediatos; por outro lado, o seu reconhecimento enquanto trabalhadores/as, potencial força de trabalho, não a do trabalho-mercadoria, mas a do trabalho digno. Neste sentido, a emergência de um movimento de desempregados/as implica a simultânea consideração de identidades e interesses, uma política de reconhecimento e a recuperação de uma política de classe e de uma política de redistribuição. Esta é uma das razões por que um movimento social deste tipo adquire uma particular importância face aos processos de recomposição de classe a que se tem assistido ao longo das últimas décadas.

A problematização exposta levou à formulação de *quatro problemas chave* que orientam esta investigação: a acção colectiva não é uma categoria abstracta que se sustente fora da história e da política; o isolamento das pessoas e o seu desenraizamento social bloqueiam a sua capacidade de envolvimento na acção colectiva; a mobilização colectiva é mais difícil entre pessoas com identidades e interesses heterogéneos; para que os processos de elaboração possam potencialmente questionar a legitimidade do sistema, as pessoas têm de se sentir simultaneamente lesadas acerca de algum aspecto das suas vidas e optimistas quanto às possibilidades de êxito da acção colectiva para a solução dos problemas.

TRABALHO EMPÍRICO

Como já foi assinalado, esta investigação assume um recorte essencialmente exploratório. Por um lado, isso implicou a redução do processo de investigação-acção a um único ciclo de pesquisa, onde se distinguem várias fases de diagnóstico; planificação de acção; acção; avaliação; especificação da aprendizagem. Será dada uma maior ênfase à fase de diagnóstico. A primeira fase de um ciclo de investigação-acção refere-se à identificação ou definição do problema. Considerando os objectivos de investigação anteriormente enunciados procurar-se-á, para a produção desse diagnóstico, responder às seguintes questões: *Quais os constrangimentos e as potencialidades de acção colectiva de desempregados/as em Portugal? Que mecanismos e instrumentos poderão favorecer um processo de aprendizagem colectiva potenciador da acção colectiva de desempregados/as? Como activar um processo de aprendizagem colectiva envolvendo desempregados/as?* Por outro lado, considerando a inexistência de investigação sobre o tema “desemprego e acção colectiva” em Portugal e de este ser, num contexto mais vasto, um tema de pesquisa relativamente recente e pouco estudado, o trabalho empírico visa identificar pistas que permitam um refinamento da problemática e dos instrumentos conceptuais e metodológicos. Suscita-se, assim, um conjunto de interrogações (questões em análise), quer sobre os constrangimentos e potencialidades da acção colectiva, quer sobre os mecanismos e instrumentos capazes de facilitar a acção colectiva.

1. Constrangimentos e potencialidades.

1.1. Nível macro-estrutural: desemprego e estruturas de oportunidade política. Qual o nível e a dimensão do problema do desemprego verificado hoje em Portugal? Qual a evolução sofrida num momento de crise económica? O desemprego existente estará associado a algum tipo de privação material? Verificam-se casos de grande incidência de desemprego em determinadas áreas geográficas? As entidades públicas têm sido eficazes a lidar com o problema? Têm sido aplicadas reformas que limitam direitos sociais a que os/as desempregados anteriormente tinham direito?

1.2. Nível micro-analítico I. Dimensões de natureza mais subjectiva associadas à experiência do desemprego. Quem são os/as desempregados/as? Quais as suas preocupações e os seus anseios? As privações são percebidas como injustas pelos/as desempregados/as, quando comparadas com a situação de outras pessoas? Estão associadas a sentimentos de revolta? As expectativas anteriores eram altas? Há potencialidades para a percepção colectiva das injustiças?

1.3. Nível micro-analítico II. A dimensão relacional: a incrustação em redes sociais. Há uma outra dimensão essencial que representa uma incógnita, e que parte da constatação de que não há mobilização que nasça no vácuo: indivíduos isolados e sem raízes nunca se mobilizam. Assim sendo, explorar as potencialidades de mobilização colectiva implica responder ao verdadeiro dilema da acção

colectiva: como é que a incrustação em redes sociais afecta a decisão das pessoas de se envolver em acção colectiva?

2. *Mecanismos e instrumentos facilitadores de um processo de acção colectiva.*

2.1. *Identificação de possíveis mecanismos e instrumentos de redes.* Reconhecendo que a rede é composta por nós autónomos, como é que se podem gerar dinâmicas conjuntas?

2.2. *Factores associados à dimensão colectiva da acção.* Que questões identitárias estão em causa quando atendemos às potencialidades de acção colectiva de desempregados/as? E que interesses estão em jogo? Faz sentido falar em construção de identidades ou de consciência colectiva? A hipótese colocada é que a consideração simultânea das questões de identidade e dos interesses permite mais facilmente, pelas características específicas da condição de desempregado/a, a passagem da experiência pessoal a processos de acção colectiva.

Metodologia

Considerando a complexidade do objecto de estudo, cuja abordagem tanto requer abordar um nível de análise macro-estrutural como questões de nível meso e micro, incluindo dimensões subjectivas e relacionais associadas à experiência do desemprego, considerou-se ser vantajosa uma combinação de métodos - de natureza quantitativa e qualitativa – no processo de recolha e análise de dados. Repare-se, no entanto, que no próprio processo de recolha de dados e, em especial, no processo de análise de dados, verificou-se uma necessidade de refinar as questões de pesquisa e de um maior aprofundamento da conexão ontologia-método⁷⁵ e portanto um aprofundamento do próprio enquadramento teórico e metateórico, mas agora já com os contributos de uma primeira abordagem empírica ao objecto de estudo. De seguida, é apresentado o desenho metodológico que passa por uma estratégia de triangulação de dados e de métodos, de forma a permitir articular os aspectos estruturais do problema do desemprego com a reconstituição dos significados que esse mesmo problema tem para as pessoas envolvidas, permitindo melhorar “o alcance, a profundidade e a consistência dos procedimentos metodológicos”⁷⁶.

Nível macro-estrutural (1.1): revisão bibliográfica relativa à investigação existente sobre desemprego e estrutura de emprego em Portugal; realização de contactos e entrevistas com especialistas sobre o tema; consulta de várias fontes documentais (por exemplo: net; jornais; legislação); consulta e análise de documentos legislativos e análise de indicadores estatísticos.

⁷⁵ Danermak et al. (2002).

⁷⁶ Flick (2004: 232): triangulação “como combinação de diferentes métodos, grupos de estudo, enquadramentos de espaço e de tempo, e diferentes perspectivas teóricas, no tratamento de um determinado fenómeno”.

Nível micro (1.2., 1.3., 2.1 e 2.2): procurou-se gerar e analisar um conjunto de dados qualitativos que permitissem compreender as dimensões de natureza subjectiva e relacional associadas à experiência do desemprego: o seu impacto em diferentes grupos sociais e em diferentes domínios da vida; privações, preocupações, percepções e sentimentos. Nesse sentido, pretendia-se identificar os processos subjectivos que podem constringer ou potenciar a mobilização colectiva de pessoas desempregadas e compreender até que ponto a incrustação em redes sociais afecta a decisão para envolvimento em acção colectiva. O *desenho de pesquisa qualitativa* visou apreender as dimensões subjectivas e relacionais em ligação com a experiência concreta da situação de desemprego, razão pela qual foram realizadas 'entrevistas episódicas', uma técnica de recolha de dados, concebida de forma a permitir “analisar conhecimento quotidiano do entrevistado sobre um tema ou campo específico, de tal modo que nos permita comparar o conhecimento dos entrevistados de diferentes grupos sociais”⁷⁷. O guião de entrevista preparado⁷⁸ incidiu sobretudo nas dimensões de natureza mais subjectiva associadas à experiência do desemprego mas visou, igualmente, abordar as dimensões relacionais e a recolha de pistas para identificar mecanismos e instrumentos facilitadores de um processo de acção colectiva. Para proceder à análise das entrevistas, foi adoptada a codificação temática, uma técnica de análise utilizada habitualmente em estudos comparativos⁷⁹ que passa pela elaboração de fichas de caso e pela codificação dos textos (transcrições das entrevistas) em categorias, elaboradas com base na codificação aberta nos materiais. Como instrumento de suporte ao processo de codificação foi usado o programa de análise de conteúdo Weft QDA⁸⁰. Assinale-se que, de forma a aumentar a comparatividade, foi feito o cruzamento entre as categorias e os domínios temáticos de cada caso, do qual resultou a seguinte estrutura temática:

Estrutura temática

Biografia (escolar e profissional; aspirações e expectativas profissionais; acção colectiva).

Experiência de desemprego: *Primeira experiência de desemprego e experiências significativas. Impacto do desemprego na vida diária* (Principais impactos; financeiros; carreira profissional; afectivos/familiares; vida social e relações com amigos/as; participação cívica e cidadania). *Formas de lidar com o desemprego* (Estratégias; Actores).

Experiência de acção colectiva: (experiência significativa, frustrante e entusiasmante, relevância da participação pessoal; experiência sindical; geração à rasca).

Focando partes centrais do tema *desemprego e acção colectiva* *Definição subjectiva de acção colectiva. Definição subjectiva de desemprego* (preocupações e anseios; percepções sociais). *Situação actual em Portugal* (principais causas; responsabilidades; evolução expectável; políticas na área no desemprego). *O que se pode fazer e obstáculos à mudança. Papel dos desempregados/as e pessoas ou organizações a envolver. Conhecimento sobre outras experiências de acção colectiva de desempregados. Aprendizagens a ter em conta.*

⁷⁷ Flick (2004: 118).

⁷⁸ No anexo I, é apresentado o guião da entrevista e, no anexo II, a ficha de registo.

⁷⁹ Flick (2005).

⁸⁰ Versão 1.01, disponível em <http://www.pressure.to/qda/>

A codificação temática é habitualmente orientada para a descoberta de correspondências e de disparidades entre os grupos definidos de antemão. No entanto, e considerando os objectivos exploratórios da investigação, não foi feita uma constituição prévia dos grupos a entrevistar nem adoptada uma amostragem teórica, mas antes adoptada a Análise de Redes Sociais (ARS) para a selecção das pessoas e entrevistar. A ARS foi utilizada como ponto de vista, uma forma de olhar a sociedade. Inicialmente foram identificados dois níveis de análise do universo em estudo, dois tipos de nós: participantes (em situação de desemprego ou não) em actividades de mobilização; não participantes, desempregados, nas referidas actividades, mas com relação/laços com os primeiros⁸¹. Assim, o universo em estudo inclui uma rede apriorística imposta pelos actores (participantes) e uma rede agregada definida pela investigadora segundo um critério analítico. A fronteira é tratada como uma questão em aberto. Os entrevistados (*nós*) e as suas relações (*laços*) são abordados como potenciais *mecanismos e instrumentos de rede em dinâmicas colectivas*. Embora não haja qualquer rede verdadeiramente constituída, foram consideradas algumas iniciativas potencialmente mobilizadoras de pessoas desempregadas, nomeadamente: a realização de uma oficina de teatro do oprimido⁸² em Outubro de 2010; o protesto da geração à rasca, convocado por um grupo de jovens através do Facebook com base num manifesto elaborado para o efeito que faz uma alusão directa (embora não exclusiva) às pessoas desempregadas enquanto sujeitos da mobilização⁸³; uma conferência de pesquisa⁸⁴), organizada para efeitos de desenvolvimento desta primeira fase do ciclo de investigação- acção, e que não só teria um objectivo de diagnóstico (a primeira fase do ciclo de investigação-acção), mas que visava igualmente iniciar a planificação de acção – abrindo espaço a um processo de aprendizagem colectiva. Pretendia-se dar uma especial importância à dimensão relacional da experiência do desemprego em três áreas fundamentais (anexo III): as dinâmicas de sociabilidade actuais em termos das principais redes sociais de apoio disponíveis (família, amigos, outros/as); as dinâmicas de sociabilidade actuais com outras pessoas na situação de desemprego; redes de sociabilidade ligadas a experiências anteriores de activismo, actuais ou passadas. A hipótese considerada, ao equacionar as experiências anteriores de activismo, é a de que estas poderão contribuir para activar e sustentar mecanismos de redes, de duas formas: através dos contactos estabelecidos nas experiências anteriores de activismo e cujo accionamento poderá ser pertinente para o desenvolvimento de objectivos de acção colectiva (mecanismos potenciadores de redes); através das

⁸¹ Constituindo a mestrandia um *potencial nó* a considerar, pela sua participação nas acções e pelo seu papel na promoção de dinâmicas de acção colectiva, poderá ser encarada como um instrumento de rede, similar aos empreendedores mencionados por Pereira (2009). São considerados os potenciais laços identificados a partir das suas redes sociais habituais e os resultantes dos contactos estabelecidos por si, como *activista-empresendedora*.

⁸² Mais informação sobre a iniciativa em www.ensaiosobreodesemprego.blogspot.com.

⁸³ O manifesto, disponível em <http://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/02/12/manifesto/>, começa por nomear os desempregados: “Nós, *desempregados*, «quinhentoseuristas» e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal”.

⁸⁴ O’Brien (2001).

competências desenvolvidas durante essas experiências (instrumentos de rede). A abordagem das experiências anteriores de activismo visou também recolher pistas, durante as entrevistas, que ajudem a identificar mecanismos e instrumentos favoráveis à aprendizagem colectiva, capazes de lidar com uma possibilidade de convergência de uma grande diversidade de culturas organizacionais, resultante de um grupo heterogéneo.

Apresentação dos resultados

Nível macro-estrutural: desemprego e estruturas de oportunidade política

É possível identificar uma tendência de aumento do desemprego ao longo da última década, que sofreu uma aceleração nos últimos três anos, ou seja, desde o final de 2008. O desemprego verificado no 3º trimestre de 2010 face ao período homólogo de 2008, segundo estimativa do INE, aumentou 40,5%, ou seja, 175 mil desempregados, atingindo a taxa de desemprego os 10,9%. A análise mais detalhada segundo as várias categorias sócio-demográficas⁸⁵, salientou as seguintes tendências: embora o desemprego tenha aumentado quer entre os homens (variação de +45,2%), quer entre as mulheres (36,8%), esse aumento foi mais acentuado no caso dos homens; o aumento de desemprego em todas as faixas etárias da população activa - superior a 50% - nas faixas etárias dos 45-64 anos (56,2%) e dos 35-44 anos (53,5%), mas ainda assinalável no escalão etário dos 25-34 anos (34,7%); um aumento muito elevado do desemprego das pessoas com ensino secundário e pós-secundário (84,7%) e um aumento significativo das pessoas com qualificações até ao 9º ano (40%). A variação é praticamente nula no que concerne às pessoas com ensino superior (-0,3%). Repare-se que é muito difícil de perceber a natureza destas variações e quais as tendências futuras, mas várias previsões vão no sentido de considerar um aumento do desemprego⁸⁶. Não se podem subestimar os efeitos recessivos do acordo firmado com a Troika (CE/FMI/BCE)⁸⁷ e do programa do Governo PSD/CDS. Diz o programa de governo⁸⁸ que (pp. 7): *a austeridade na despesa do Estado, sujeita a modelos de eficiência, virá a constituir, a prazo, uma alavanca para a melhoria da produtividade, para o incremento do potencial de crescimento e para a criação de emprego*, pressupondo que a austeridade é uma condição para o relançamento económico, pois é o passaporte para ganhar a *credibilidade perdida* junto aos investidores internacionais, esse sim o *objectivo primordial* (pp.16) do programa. A criação de emprego está assim subordinada a esse objectivo. As prioridades económicas deste programa passam por fazer recuar a capacidade de intervenção pública na economia, estabilizar o sistema financeiro e

⁸⁵ Cantante (2011)

⁸⁶ A estimativa inscrita no Programa de Ajustamento Económico para Portugal (PAEP) é de 12,9% para 2012 e 12,4% para 2013. As previsões do próprio Governo situam o desemprego acima dos 13%.

⁸⁷ O PAEP está disponível no site da UE:

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2011/pdf/ocp79_en.pdf

⁸⁸ Programa do XIX Governo Constitucional, disponível em:

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/Programa_GC19.pdf

reestruturar a economia através da precarização das relações laborais, fazendo depender a criação de emprego da retoma económica – adia os objectivos de criação de emprego, configurando o mesmo tipo de abordagem que demonstrou ter resultados desastrosos na Grande Depressão. Por outro lado, para além de representar o abandono do paradigma do pleno emprego, prevê um profundo processo de reestruturação do mercado de trabalho, nomeadamente através da instituição de um regime de contratação uniforme, no sentido da flexibilização dos contratos de trabalho. Refira-se que uma versão preliminar do Relatório Económico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico de 2011⁸⁹ alerta para o facto de o risco de persistência do desemprego ser particularmente significativo em países como Portugal, onde já se verificavam, antes do início da crise, altos níveis de desemprego, incluindo o de longa duração, e onde o peso deste tipo de desemprego aumentou consideravelmente. Vários são os factores que têm sido apontados para explicar este aparente processo de retroalimentação do desemprego: degradação de competências; discriminação dos empregadores; diminuição da motivação para procurar trabalho; ou, ainda, uma relutância do trabalhador desempregado em ajustar, por baixo, o seu salário de reserva. Em termos genéricos, o argumento é que, quanto mais tempo os indivíduos se mantiverem em situação de desemprego, mais se torna difícil encontrarem um trabalho, pelo que é fundamental estimular o regresso ao trabalho como forma de prevenir a persistência do desemprego.

A situação de desemprego e a acção colectiva: micro-análise

Perfil das pessoas entrevistadas

Foram entrevistadas 16 pessoas a partir da rede de contactos da mestranda, da qual foram analisadas apenas 12 – dessa análise resultaram as fichas de caso apresentadas no anexo IV⁹⁰-, que se referem a pessoas com perfis muito diversos: pertencentes a um leque etário muito variado, com idades compreendidas entre os 23 e os 48 anos; quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino. As pessoas entrevistadas tinham qualificações variadas (do 9º ano a pós-graduação), sendo possível distinguir dois grupos: um com qualificações até ao 12º ano completo (Tânia; Michael; André; Carolina; Paulo; Cristina); outro com qualificações superiores ao 12º ano completo (Mamadú; Mário; Álvaro; Luís; Hector; Eunice). A caracterização da situação do agregado familiar é variável e inclui: *agregados familiares de uma só pessoa* (Michael, divorciado, uma filha e com encargo de pensão familiar; Luís, Álvaro, Hector e Mário, homens, solteiros mas a partilhar apartamento; Cristina, viúva, com os filhos autonomizados); *mulheres de famílias monoparentais* (Tânia, separada e viúva, dois filhos; Carolina, solteira, um filho); *jovens a viver com familiares* (Mamadú, a viver com a mãe; André, a viver com a tia; Eunice a viver ou com os pais ou com o namorado); *casal com filhos* (Paulo,

⁸⁹ OECD (2011).

⁹⁰ Assinale-se que a cada pessoa foi atribuído um nome fictício.

a viver com a mulher e filhos). No que diz respeito às *biografias de acção colectiva*, refira-se as biografias de pluri-participação, relativamente continuada e em alguns casos incluindo militância político-partidária (Tânia; Mamadú; Mário; Álvaro); com experiência activista em vários momentos da vida (Michael; André, Luís e Carolina); experiência activista mais recente ou mais esporádica e/ou com diferentes níveis de implicação (Paulo; Hector; Eunice); ou com muito pouca participação cívica (Cristina). Em termos de biografia de acção colectiva comum, assinala-se que não existem entre os casos analisados casos de pessoas que tenham inicialmente participado no *ensaio sobre o desemprego*; exceptuando a Cristina, todas as pessoas entrevistadas participaram, com diferentes níveis de envolvimento, no protesto da *geração à rasca*, realizado a 12 de Março; a maior parte delas – exceptuando a Cristina e a Eunice – aceitaram integrar a mailing list de pessoas desempregadas entretanto criada; exceptuando o Luís, por imprevistos de última hora, o Hector e a Cristina, todas as pessoas participaram na conferência de pesquisa.

Privações, expectativas e os processos de elaboração das percepções de injustiça

Todas as pessoas estavam, à data da entrevista, ou em situação de desemprego ou em situação de subemprego (biscates, trabalho informal ou recibos verdes, em qualquer caso com rendimentos muito instáveis e reduzidos) - enquadram-se neste último caso a Carolina e a Eunice. Em termos de frequência de ofertas formativas, Mamadú encontrava-se a frequentar o último ano de licenciatura e a Carolina o primeiro, o Mário a frequentar mestrado, o Michael o 12º ano e a Cristina a preparar ingresso em RVCC para obtenção do 12º ano. Em termos de meios de subsistência e protecção social, algumas pessoas tinham acesso a subsídio de desemprego (Tânia, Michael, André e Cristina); a Carolina tinha uma pequena bolsa; várias pessoas dependiam parcialmente ou totalmente da ajuda de familiares (Mamadú; André; Álvaro; Luís; Carolina; Paulo), alguns de poupanças resultantes dos tempos em que trabalhavam (Paulo; Hector), para além dos rendimentos de biscates referidos anteriormente, e em alguns casos de rendimentos provindos de aluguer de propriedades (Mário; Eunice). A *dimensão económica* parece ser, sem dúvida, um ponto comum das preocupações identificadas em todas as entrevistas realizadas. Foram referidas carências económicas associadas ao desemprego, resultantes de uma redução muito significativa dos rendimentos, cujo impacto se traduz em privações que passam por dificuldades em garantir as necessidades mais básicas (habitação, alimentação, transportes) e em garantir o cumprimento dos encargos mensais (prestação ou renda da casa; despesas de consumo):

“É simples. Enquanto eu antigamente tinha as minhas contas sempre pagas minimamente a tempo, eu agora, ainda há bem pouco tempo – há dois ou três dias –, tive que pedir dinheiro emprestado porque já tinha a electricidade para pagar, tinha tvcabos e não sei quê...” (Tânia, 45 anos, 12º ano, dois filhos)

“O dia de ontem passei a pensar em dinheiro, portanto alguma coisa deve ter a ver com o facto de estar desempregada, não é? Tem sido muito complicado nos últimos tempos para conseguir

tudo. Eu estou a receber um empréstimo de garantia mútua de estudante. Recebi agora a bolsa também. [*Tu tens um empréstimo e uma bolsa. É suficiente?*] Não. Não é de todo. E eu não pago casa, porque tenho uma casa emprestada, mas mesmo assim ainda tenho trabalhos e trabalhinhas, desde umas explicações de matemática à limpeza de uma casa, faço pomadas e óleos medicinais para vender – que é pouco dinheiro mas lá está, é 70 euros aqui, 50 ali – e tenho ainda o meu avô que me dá 150 euros por mês, porque me quer ajudar. E não sei como, mas é muito difícil fazer a gestão com este dinheiro porque somos duas pessoas, não é?” (Carolina, 33anos, frequência do ensino superior, um filho)

Noutros casos, as despesas reduzem-se à garantia das necessidades mais básicas que, ou é conseguida a muito custo - com privações em termos da qualidade das condições habitacionais (falta de móveis), na capacidade de mobilidade -, ou passa por restrições em termos de actividades sociais e de lazer e, até, de mobilidade necessária para a procura de trabalho. Embora seja relativamente consensual que a situação de desemprego está associada a várias formas de privação material – redução de rendimento ou até ausência de rendimentos nos casos em que não há qualquer protecção social, verifica-se uma grande dificuldade em obter dados recentes sobre essa relação e a sua associação à pobreza. De forma a perceber melhor o impacto do desemprego, é importante considerar três tipos fundamentais de estruturas sociais que têm sido apontadas como formas de regulação social do desemprego⁹¹: as relacionadas com política (Estado-providência), social (redes sociais) e económica (mercado). Da análise das entrevistas, assim como das fichas de registo preenchidas, é assinalado o recurso, no passado ou no presente, à *protecção social pública*, mas associado a percepções de que essa protecção é insuficiente, ou porque cessou sem que fosse garantido o acesso ao trabalho (ex: o caso Mário e, actualmente, o do André), ou porque implicou uma redução muito significativa de rendimentos (ex: Tânia, Michael, André) e insuficientes para fazer face aos encargos pessoais ou do agregado familiar.⁹² Especialmente entre as pessoas mais jovens entrevistadas, não há expectativas de acesso a protecção social, seja ao nível do regime contributivo - ou porque nem estavam inscritas na segurança social (Mamadú), ou porque estiveram inseridas num regime de trabalho que não garantia acesso a protecção no desemprego (Álvaro, ex-bolseiro de investigação; Luís, ex-estagiário; Paulo, ex-pequeno-empresário) - seja ao nível do regime não contributivo, ou porque foi solicitado e não foi conseguido, ou porque foram colocados demasiados entraves burocráticos (os casos do Paulo e da Carolina). Ou ainda porque consideram não se enquadrar nas expectativas pessoais de resolução da situação de desemprego:

“A ideia que eu tenho é que é para casos, do ponto vista social, mais difíceis, mais desemprego de longa duração, etc. Tenho a ideia que é mais isso, e eu até agora ainda não me vejo nessa situação.” (Álvaro, 28 anos, licenciado)

“Nunca recorri, à segurança social. E ao rendimento mínimo, por exemplo, nunca recorri... Quer dizer, por acaso nem é verdade. Quando estava grávida fui à segurança social, perguntei se

⁹¹ Gallie e Paugam (2000), citado por Araújo (2008).

⁹² Assinale-se que essa redução foi particularmente significativa no caso do André, que solicitou o subsídio de desemprego já depois da entrada em vigor do Decreto-Lei 72/2010, de 18 de Junho, resultante da aplicação PECEI e que veio reduzir para 65% da remuneração de referência (art.º28º) o montante do subsídio de desemprego.

podia pedir o rendimento mínimo e a sr^a disse-me - *pode, mas demora dois anos a aferir...* e eu disse, eu tenho mais para fazer para tratar de papeladas para depois receber uma resposta daqui a dois anos, quando com certeza a minha situação já vai ter mudado muito. E não concorri e não tenho essa perspectiva.” (Carolina, 33 anos, frequência do ensino superior, um filho)

“Não. [recorreu à segurança social] (...) O que é que a segurança social me pode fazer? (...)Eu neste momento estava a pôr como primeira possibilidade realmente arranjar um trabalho e não arranjar um subsídio.” (Luís, 27 anos, licenciado)

Na verdade, muitas pessoas desempregadas parecem relutantes em reconhecer-se numa condição de pobreza. Um estudo recente sobre as consequências pessoais do desemprego examinou as trajectórias de pessoas desempregadas do distrito de Coimbra, confirmando que “a probabilidade de o desemprego resultar em situações de pobreza ou de acentuá-las é elevada”, mas que os desempregados podem não ter consciência disso e não assumirem essa condição⁹³. Argumenta-se, no entanto, que é possível identificar um conjunto de privações que afectam as suas condições de vida, configurando um tipo de pobreza “suave e integrada”, distinta das formas de pobreza mais severas e cujos efeitos são atenuados pela solidariedade familiar, por protecção social pública ou pelo recurso à economia informal. Trata-se de situações de pobreza, mas não tanto de exclusão social. A maior parte das situações abordadas nas entrevistas parecem enquadrar-se neste tipo de pobreza. Assinale-se ainda que, em alguns casos, a forma de tratamento adoptada pelos serviços de protecção social foi indicada como um episódio marcante da experiência de desemprego:

“ [suspiro] Olha se calhar foi agora quando recebi a resposta da bolsa e percebi que contas é que tinham feito. Quando finalmente tive um apoio social, neste caso, e percebi como é que tinham feito as contas (...) por incrível que pareça, eu tinha estupidamente falado na ajuda que o meu avô me dava, um bocado para justificar como é que eu vivia agora. (...) Pus os 150 euros do meu avô e pus, claro, o IRS de 2009, porque eu estava a trabalhar nessa altura. (...) Estava à espera que contassem com o IRS de 2009, porque foi isso que me tinham dito, que não interessava nada como é que vivia agora, apesar de eu obviamente viver com muito menos do que quando estava a trabalhar. E então eu pensei, ou vão usar isto, ou vão usar isto, ou uma coisa ou a outra, mas quando vi que tinham somado as duas coisas, fiquei muito em baixo. Apesar de ficar muito contente por receber bolsa, que eu pensava que não ia receber (...) mas quase não consegui ficar contente pelo resultado, porque fiquei mesmo muito abatida, senti-me impotente (...) quase que me apetecia dizer que não queria, uma sensação de mal-estar muito grande.” (Carolina, 33 anos, frequência do ensino superior, um filho)

O que chega mesmo a ser assinalado com um grande sentimento de revolta:

“[suspiro] Sei lá... Eu basicamente sinto-me um bocado excluído, pelo simples facto de estar desempregado. Mas aquilo que me marcou foi quando houve um engano na segurança social e me quiseram reformar por invalidez. E eu estive sem saber nada, ninguém me telefonou, ninguém me disse nada, não me mandaram uma carta, não me mandaram nada, e tive dois meses sem receber o subsídio de desemprego. (...) tive que ir montes de vezes à segurança social, (...) Tive que armar lá um grande barulho, porque tive que chamar a pessoa responsável por aquilo, porque não está cá... Chego às 9h31 a um serviço da segurança social e não há senhas! Quando é aquilo um serviço público que fecha às 17h, por amor de Deus! Às 9h31 não há senhas?! Pá, isso para mim é escandaloso, é brincarem com as pessoas, eu não suporto essas coisas. Eh pá, a culpa não é das pessoas que lá estão, mas é de quem faz o sistema, percebes? [E

⁹³ Caleiras (2011: 312).

na altura a sugestão deles era passares à reforma?] Era. Iam-me dar 187 euros por mês. O que era uma coisa excelente! Quer dizer, eu imagino, coitadas das pessoas que ainda por cima se vêm excluídas por serem deficientes e ainda por cima levam 187 euros. É uma coisa completamente absurda: quem vive com 187 euros!? O que é que se faz hoje em dia com 187 euros!? Não se faz nada! (...) Senti uma revolta tão grande que nem te consigo exprimir o que é que eu senti. Senti-me mesmo revoltado com tudo isto. Basicamente eu quase que senti vergonha por ser português, percebes?”

As relações contratuais compulsivas assentes numa retórica de responsabilização individual - mencionadas a propósito do paradigma da empregabilidade – parecem ser percebidas como um elemento de estigmatização e de discriminação no desemprego:

“Quer dizer, quando estive com subsídio de desemprego, houve uma pressão grande, não é? Que a mim não perturbou muito, mas aquelas sessões de, nem sei como é que aquilo se chama, mas... (...) Procura activa de emprego, de fazer o plano pessoal de não sei o quê, que o Centro de Emprego faz, são uma fantochada, quer dizer aquilo nem sequer é adaptado às pessoas que estão ali, ao tipo de pessoas... Enfim, o processo serve de muito pouco. Mas para dizer que há esse contexto, quando uma pessoa está com o subsídio de desemprego, tem que ir de 15 em 15 dias fazer a apresentação quinzenal, tem que ir de vez em quando ao centro de emprego, com um dossier de papéis, não sei quê. Pronto há esse contexto, não é? Nunca me perturbou muito, porque nunca achei que aquilo era para mim na verdade...” (Mário, 44 anos, frequência de Mestrado)

Por outro lado, as representações presentes nas entrevistas vão de encontro à ideia de que o sistema de protecção social poderá ser caracterizado como *sub-protector*, tal como acontece noutros países do Sul da Europa, em que esta subprotecção seria compensada pela acção de uma *sociedade-providência forte*, adoptando-se um modelo de regulação social do desemprego do tipo familista ou residual e conservador⁹⁴ e de alguma forma paradoxal – assente numa ideologia familista, mas que dá pouco apoio às famílias, que têm de assegurar grande parte do suporte social. Ora, uma coincidência entre altos níveis de desemprego com uma baixa protecção social pelo Estado representa um elemento de pressão extra sobre as pessoas entrevistadas e acentua riscos de exclusão ou de desafiliação, especialmente considerando as características dos agregados familiares a que pertencem as pessoas entrevistadas⁹⁵. No caso das pessoas mais jovens, para as quais a conquista de autonomia representa uma das componentes das suas aspirações em termos de carreira profissional, é possível identificar os sentimentos de injustiça relativamente a uma situação de dependência dos pais, e que foi um dos motes do protesto da geração à rasca, e que pode também ser identificada na letra da música “Que parva que eu sou”, do grupo “Deolinda” que, aquando da convocação do protesto, tinha sido recentemente apresentada num concerto nos Coliseus do Porto e de Lisboa gerando um forte impacto no público. A protagonista da história diz pertencer à geração “casinha dos pais”, sempre a adiar a

⁹⁴ Gallie e Paugum (2000), citado por Araújo (2008).

⁹⁵ Os perfis destas pessoas entrevistadas parecem ser sensíveis às tendências verificadas em Portugal em termos de evolução das estruturas domésticas, em particular nos grandes centros urbanos (Aboim, 2003): diminuição da dimensão média da família; aumento dos agregados de pessoas sós; aumento das famílias monoparentais.

constituição de família, a viver num mundo onde as qualificações não garantem o acesso a emprego estável, “onde para ser escravo é preciso estudar.” Este tipo de *framing* pode também ser identificado nas entrevistas, como é o caso da realizada ao Álvaro, de 28, licenciado:

“Dia de ontem... Quer dizer até posso... Há algumas coisas, eu no dia de ontem... Eu neste momento ainda consigo viver à minha conta, mas há certas despesas que evito fazer. Por exemplo, despesas de alimentação são os meus pais que estão a financiar. Estou a pagar basicamente despesas mais do dia-a-dia e, até agora, a renda da casa e o custo da água. Ultimamente, desde o início deste ano eu estou a contar com os meus pais para me comprarem comida e nesse aspecto é exactamente isso que demonstra o meu ponto, segunda-feira, fui comprar comida para a minha casa, com o meu pai. Pagou cerca de 50 euros em géneros alimentares, e pronto, coisas que eu precisava. Portanto, o dia de ontem nesse aspecto faz-me um bocado pensar que é neste ponto que eu estou, que é neste momento ainda tenho algum dinheiro, cada vez menos, mas estou cada vez mais numa situação de dependência com os meus pais. (...) E sinceramente, essa é das coisas que mais me custará é se tenho de voltar para casa dos meus pais, porque eu não quero, e acho que hoje em dia uma das primeiras razões por que eu quero arranjar trabalho é manter o local onde vivo.”

O mesmo tema é identificado em várias entrevistas, mas é elaborado de forma diversa. Por exemplo, a Eunice explica como foi desistindo das suas expectativas profissionais e como optou por constituir-se como trabalhadora independente no ramo imobiliário, de forma a tentar obter condições financeiras que lhe permitam retomar a sua carreira profissional e os seus projectos familiares:

“E eu não acredito que o dinheiro não traga felicidade. Não sei quem inventou essa frase. [riso] Olha, basta ver este rapaz que se suicidou, não é? E relacionado com questões financeiras. Eu estou muito desconfiada de quem inventou esta frase estava cheio de dinheiro. [riso] Porque eu sinto que seria certamente muito mais feliz se tivesse uma vida financeira que me permitisse ter uma vida digna, normal. Não digo ter um BMW ou passar férias nas Maldivas, não é nada disso, mas uma vida normal, poder ter família, por exemplo, não é?”

“Eu sinto muitas vezes que parece que a história do emprego e de arranjar trabalho, de ter uma vida mais estável, de poder arranjar família e tudo isso, é tipo um obstáculo e tu na vida tens que ultrapassar vários obstáculos. E eu sinto que cheguei aqui a este obstáculo e fiquei, e eu não o consegui ultrapassar.” (Eunice, 34, licenciada e pós-graduada)

O Luís, por sua vez, referindo-se às aspirações e expectativas profissionais, explica que, ao longo do curso, foi inculcando a ideia da inexistência de saídas profissionais e que, apesar de considerar uma visão “derrotista”, concluiu a licenciatura já com essa expectativa formada ou, pelo menos, considerando a sua área de formação, que teria de emigrar ou trabalhar numa instituição em contexto internacional. No seu percurso profissional foi-se defrontando com um defraudar de expectativas que já eram relativamente comedidas: depois de ter feito biscates ao longo do curso e após a sua conclusão, conseguiu um trabalho na sua área profissional, auferindo inicialmente, em Agosto de 2008, um salário base de 900 euros mas que ao fim de seis meses, aquando da sua renovação, foi renegociado para o salário base de 650 euros, mais 350 euros em caso de cumprimento dos objectivos o que, na prática, só se veio realizar em dois meses. Implicando esse trabalho, que se estivesse em situação deslocada, não podendo por isso socializar despesas de habitação e alimentação, pelo enquadramento em agregado familiar, aquele salário acabava por nem compensar os gastos. O trabalho seguinte voltou a defraudar as suas baixas expectativas - apesar de ser numa área que lhe interessava -, aquilo que inicialmente foi apresentado como a realização de um estágio profissional remunerado,

acabou por se revelar constituir uma forma camuflada que servia a substituição de quatro postos de trabalho. Aos 27 anos e menos de quatro anos depois de acabar o curso, Luís foi assim perdendo a confiança quanto a perspectivas profissionais e quanto a soluções baseadas na procura activa de emprego:

“Eu sempre fui muito confiante, e esta última experiência fez-me perder muita dessa confiança. Eu tive uma entrevista de emprego (...) em que senti uma falta de confiança gigante. Apesar que ter conseguido acumular as tais competências e experiência, estava menos confiante do que quando fui procurar emprego da primeira vez. Realmente eu fiz currículos com estas experiências precárias... [*Mas também ganhaste inseguranças...*] Ganhei inseguranças, exactamente. [*Desencanto?*] Claro. E falta de perspectivas de melhoria, não é? Os empregos que procurava fizeram-me pensar que eu ia voltar novamente à situação que tinha na empresa onde trabalhava antes. Que ia continuar a dependência, o que não é muito motivador pois nós vamos a uma entrevista de emprego e temos de mostrar o melhor de nós e estamos a pensar «bem, mostrar o melhor de mim para voltar a uma situação de dependência? Bom, eu já estou dependente vou ficar um bocadinho menos dependente?» OK, é melhor do que nada mas não é motivador.”

E explica ainda como foi tomando consciência que nunca chegou a deixar de sair de uma situação de dependência:

“Como é que me afectou? O que é curioso é que não houve uma quebra total, ou seja, pelo facto de eu sempre ter dependido de ajudas do meu pai – especialmente, porque a minha mãe estava desempregada, agora felizmente já não, mas mais, acima de tudo, do meu pai. O que é curioso é que não houve uma quebra tão grande na minha cabeça. Claro que houve porque ele teve que passar a comportar muitos mais gastos, mas o que é certo é que ele já me apoiava antes, quando eu precisava de algum extra já tinha... [*De alguma forma sentiste-te dependente?*] Mas nunca me deixei de sentir, mesmo quando trabalhava... [*Passaste de uma dependência a part-time para uma dependência a full-time...*] A full-time. Definitivamente. Se calhar consegui canalizar de alguma forma a tal frustração que eu estava a falar para uma revolta, e que deu naquilo que aconteceu no dia 12 de Março...”

Se o tema da dependência e falta de perspectiva de futuro é uma questão crítica entre os mais jovens, também não deixa de ser marcante nas pessoas desempregadas com mais de 45 anos, consideradas demasiado novas para a reforma, demasiado velhas para o mercado de trabalho. O sentimento de revolta já foi apresentado anteriormente, a propósito do incidente vivido pelo Michael na relação com a segurança social, e a percepção da existência de mecanismos de exclusão do mercado de trabalho foi indicada por quase todas as pessoas entrevistadas da mesma faixa etária, como é o caso da Cristina, com 51 anos e o 9º ano de escolaridade:

“Porque, desde que recebo uma resposta do fundo de desemprego [voz embargada] de que já sou velha para trabalhar, eu tenho vergonha de procurar trabalho! E para quê? Para chegar a uma loja, que já cheguei, já entreguei vários currículos, como na *Viva*, já mandei para as seguranças, para várias coisas, e chego a uma loja e digo assim: *Precisam de pessoal? Está aqui o meu currículo*. Disseram-me assim: *não acha que é velha?* Eu a partir desse dia, com duas respostas iguais, uma no centro de emprego, outra numa loja, não procurei. O Estado que procure emprego para me dar.”

Por outro lado, quando há filhos a cargo, especialmente menores – esta responsabilidade representa um constrangimento extra, tal como é manifestado pelo Paulo e, com especial persistência, pela Ana:

“Talvez seja mesmo esta (a experiência mais marcante nas várias ocasiões em que esteve desempregada). Porque esta apanha-me numa situação em que eu estou sozinha com dois filhos, com 45 anos, que é uma idade que para se arranjar trabalho é extremamente complicado (...) E tenho dois filhos para sustentar, menores, e esta também seja a situação que para mim é mais dolorosa e mais complicada. Porque nas situações anteriores em que fiquei desempregada, ainda estava com o pai dos meus filhos, ou não tinha filhos pura e simplesmente, e aí é um bocado salve-se quem puder e eu salvo-me à minha maneira. Agora não posso partir do pressuposto de que eu salvo-me à minha maneira, tenho mais dois que tenho que desenrascar, não é?” (Tânia, 45 anos, 12º ano).

Quer num caso, como num outro, a preocupação refere-se não só ao provimento das necessidades dos filhos mas também à forma como estes percebem as privações:

“Eu disse, mas ao menos também podias ter dito, e ele, para quê? para tu te sentires pior? Porque ficas toda triste porque eu não posso ir e nem sei o quê mas eu não fico, podes estar descansada que eu não fico, não fico chateado, pode haver outras alturas que se pode fazer essas coisas... Mas isto já leva a que eles também tenham que ter outra percepção da vida diferente da que tinham anteriormente. (...) É redutor em relação tanto à minha vida como à vida deles. (...) Claro, também perdem coisas, não é? Há coisas que eles poderiam fazer e que nesta situação não podem fazer.” Tânia, 45 anos, 12º ano

No que concerne às aspirações profissionais na sua relação com as qualificações, destaque-se que há um sentimento de desaproveitamento de capacidades e das forças vivas que é comum à generalidade das faixas etárias, género e qualificações, e que parece configurar um dilema do tipo *preso por ter cão e por não ter*, ou seja, a uns é dito que as suas qualificações são insuficientes, a outros que são em demasia:

“Sinto-me injustiçada estando desempregada. Porque tenho algumas capacidades, e não é uma questão de me estar a valorizar, mas tenho algumas capacidades, como a maior parte, para não dizer quase todos os desempregados no nosso país, teríamos capacidades de pôr em acção alguns dos nossos conhecimentos e que seria uma mais-valia também para o nosso país, e que portanto sinto-me injustiçada que a situação actual nos reduza ao estado de inactividade. Quando acho que não há empregos não porque estamos muito mal economicamente... E se estamos muito mal economicamente é porque alguém nos levou a este problema económico não é? Portanto eu assim sinto-me completamente injustiçada. Porque enquanto houve dinheiros para muito boa gente, e continua a haver para bancos para isto aquilo, não há dinheiro para os desempregados, não há dinheiro para criação de novos empregos, não há dinheiro para financiar coisas que para nós seriam necessárias.” (Tânia)

Um das questões fundamentais que importa igualmente perceber é quais são as atribuições que são dadas para explicar a sua situação e a sua relação com um contexto político e económico. Desse ponto de vista, um elemento comum às entrevistas, mesmo que com formas diversas de elaboração, é a identificação da má distribuição de recursos como estando na origem de muitas das desigualdades sentidas e a atribuição de nível de responsabilidade diversa a actores económico-financeiros (os mercados, o capital, o mundo das finanças) políticos (partidos, governos, mundo da política) cívicos

(cidadãos, as pessoas). Destaque-se dois tipos de valorização quanto aos mecanismos que estão em jogo e que devem ser reconhecidos relativamente ao processo de elaboração sobre a definição da situação relativamente ao contexto em que a pessoa está inserida. Por um lado, o reconhecimento de um conflito baseado na existência de interesses opostos (os mercados e o lucro; os governos ou partidos e o poder); por outro, a identificação da quebra de laços, o individualismo e a necessidade de criação de condições de comunicabilidade (clareza no uso de conceitos; a complementaridade das pessoas e a necessidade de entre-ajuda; a necessidade de ouvir as pessoas e valorizar as suas ideias). Algumas pessoas valorizam um aspecto, outras outro, outras ainda valorizam ambos, como é o caso do Mamadu:

“Eu neste momento estou muito fã dos homens de luta, das personagens do Jel e do Falâncio quando eles dizem que é na rua e que é na luta que se pode fazer alguma coisa. Porque eu acho que eles têm razão quando dizem que sempre que houve grandes progressos foi na rua que se conseguiu. (...) Exemplo, argentinos, brasileiros, espanhóis ou aqueles do 25 de Abril em que teve que cair pela força, e eu acho que é cada vez mais pela luta. Há uma classe, empresarial, chama-lhe capital, chama-lhe empresários, chama-lhe empreendedores, confederação de indústria portuguesa ou o que quiseres, que tem um objectivo - que é o seu objectivo - que é ganhar o máximo dinheiro para si com o menor custo possível. E eles não vão pensar em mim, eu vou ter que pensar em mim e eu vou ter que fazer por pensar em mim, eu não posso estar à espera deles. [O que é que achas que tens de fazer para contribuir para mudar a...] Eu acho que primeiro de tudo tem de haver condições para se poder fazer coisas. Acho que primeiro de tudo é preciso as pessoas (...) terem esperança, ou as pessoas terem confiança, ou acharem que é possível ou que é preciso ou que se devem juntar contra situações com as quais elas não concordam - eu acho que também é preciso haver... é preciso estarem juntas, é preciso haver qualquer coisa que junte as pessoas, onde as pessoas se organizem... (...) Eu acho que, para além de haver pessoas que não concordam com o que se passa, é preciso que as pessoas se organizem. (...) Eu se calhar posso ter as minhas ideias do que é preciso fazer para mudar isto, outra pessoa se calhar tem outras, eu posso estar errado numas, certo noutras, outra pessoa a mesma coisa, se calhar eu posso aprender com outras pessoas, outras pessoas comigo.”

O problema da desafiliação, instrumentos de rede e a necessidade de reivindicações organizadas

Explorar as potencialidades de mobilização colectiva implica responder ao verdadeiro dilema da acção colectiva: como é que a incrustação em redes sociais afecta a decisão das pessoas em se envolver em acção colectiva? Para responder a esta questão, é equacionado não só o problema da desafiliação e enfraquecimento das reivindicações organizadas como também a diversidade de perfis das pessoas desempregadas, o que tem implicações tanto ao nível dos aspectos instrumentais (recursos materiais e técnicos para dinamizar a acção colectiva) como aspectos simbólicos (a necessidade de partilha colectiva de significados). Considerando essa diversidade, procurou-se identificar experiências comuns de acção colectiva, da qual se destaca o facto de a quase totalidade das pessoas entrevistadas ter participado na manifestação do 12 de Março. A Tânia e o Michael, entrevistados ainda antes do 12 de Março, reforçaram a importância de participação de pessoas desempregadas no protesto, *sobre a precariedade*, com uma faixa sobre desemprego. O Michael, embora não se tenha referido

directamente ao protesto, insistiu na necessidade dos desempregados se organizarem, *porque a união faz a força* e uma pessoa sozinha não faz nada mas muitas *já metem respeito*. E um dos resultados da entrevista realizada foi a produção de uma faixa para participar na manifestação. Mamadu assume-se como estando *à rasca*, e, tendo também participado na elaboração da faixa para o 12 de Março, reconhece que a participação na manifestação marcou a passagem de um período de maior *enclausuramento* para um período de maior sociabilidade, o retomar de laços e advoga a necessidade de um pós-12 de Março, um *pós-descontentamento*, em que as pessoas se organizem, numa lógica de aprendizagem colectiva, porque uma pessoa sozinha não pode mudar as coisas. André apesar de considerar que o Facebook é um bom espaço para manifestação de descontentamento, considera que um dos obstáculos às mudanças é o facto das pessoas não saírem à rua, criticando os outros por fazê-lo e, embora tenha chegado tarde à manifestação, (re)encontrou amigos e, tal como o Mamadu, voltou a ter, nas semanas seguintes, mais actividade social. Paulo deu o caso do 12 de Março como um exemplo de uma acção colectiva que teve impacto, de uma iniciativa vinda de um pequeno grupo e que se alargou e permitiu a cooperação de todos através das redes sociais, criando um movimento no qual participaram pessoas que, se calhar, nunca tinham vindo a uma manifestação, ou que estavam desencantadas com partidos, ou que nem sequer iam a manifestações da CGTP, mas participaram nesta porque se reviam naquilo que estava a acontecer. Luís e Hector participaram activamente no lançamento e organização do 12 de Março. No caso do Luís, e como referido anteriormente, essa foi uma forma “menos individualista” e “mais estrutural” de lidar com a situação de desemprego. No caso de Hector, este explica que seu envolvimento foi inicialmente motivado pela proximidade dos amigos, mas à medida que se foi envolvendo, foi conhecendo pessoas novas, “a notar coisas aqui, coisas acolá”, foi ganhando laços afectivos, e depois também a entrar nas ideias, na política, a conhecer a realidade laboral em Portugal, o poder que as pessoas podem ter, quando simplesmente são honestas e fazem coisas com boa intenção. E foi aprendendo, um bocadinho aqui, um bocadinho acolá, concordando com algumas coisas, discordando de outras. Acha que *não se perdoaria se não tivesse participado no protesto da Geração à Rasca*. Mário, apesar de ter mais de 20 anos de experiência de activismo em vários contextos, aponta o 12 de Março, como uma experiência que o animou muito:

“Cada vez que fazemos um momento público bem conseguido, com pessoas interessantes, em que há pessoas a participar ou a manifestarem-se na rua, não é? O 12 de Março, em Lisboa, e nas outras cidades do país, eu estive em Lisboa, por isso é aquela que falo, mas sei que as outras cidades do país... 12 de Março, a semana passada, foi magnífico (...) [*Em que é que te animou?*] (...) o facto de haver muitas pessoas que se juntaram a um apelo de quatro pessoas que ninguém conhecia, não é? com base num texto sobre relações laborais, precariedade, perspectivas e futuro, um texto bem feito, mas pronto, o texto também não era nenhuma maravilha, não era pelo texto, era pelo contexto, era por haver pessoas que... Eu sou desta geração, não no sentido geracional do termo, mas sou... [*Não no sentido demográfico...*] Sim. Mas sou, estou à rasca, ou não sou eu, é o meu filho, ou meu sobrinho ou meu vizinho, estamos à rasca também... [*Sentes-te parte dessa geração?*] Sim. Quer dizer, eu e muitas pessoas, acho que foi isso que demonstrou aquela manifestação. E sem estrutura, não é? É uma manifestação sem estrutura e tudo. Fazes a comparação entre o que foi aquela manifestação e o que foi a manifestação de

sábado passado, que tem uma estrutura, tem uma estrutura representativa importante dos trabalhadores e percebes a diferença. E a diferença é enorme, não é? De criatividade, de representatividade, a manifestação de sábado passado, não foi uma manifestação em Lisboa, foi em dez cidades do país... (...) Representou muito mais um grito de revolta, com tudo o que isso tem de contraditório também. Porque havia lá pessoas que a mim não me interessam para nada. Mas o facto de estarem na rua, ao mesmo tempo, com aquele tema, pessoas que eu acho que são óptimas e pessoas que eu acho que são horríveis, acho que é uma força muito grande também. *[Com aquele tema da geração à rasca...]* Da crise, da crise... *[Achas que o foi o grande tema...]* O tema da crise e o tema da falta de perspectivas profissionais, não é? Porque não é a crise de uma crise geral, não é? É a falta de perspectivas profissionais. (...) E dizem-me, dizem-me, eu não tenho condições para confirmar isto, mas acho possível que foi a primeira manifestação na Europa, manifestação massiva, de pessoas, convocada pelas redes sociais. Com... eu acho que não foi convocada pelas redes sociais. Quer dizer, teve essa origem, não é?, teve essa origem, depois foi convocada por muito mais do que as redes sociais. Mas a origem foi essa, e foi a primeira na Europa em que aconteceu isso... Acho que também foi importante. *[Qual é a novidade aí?]* A novidade é não termos que estar à espera. Quer dizer, acho que a partir do dia 12 de Março, nós sabemos que não temos de estar à espera nem do sindicato, nem do partido para vir para a rua. E que há capacidade, possibilidade de isso poder acontecer sem essas estruturas... *[Qual é a importância disso?]* Acho que é imensa, acho que é as pessoas descobrirem que podem mudar o curso dos acontecimentos. Podem estar de acordo, independentemente das suas convicções outras, partidárias ou o que seja, religiosas, mas podem estar de acordo e repara, nesse dia, o Passos Coelho faz o discurso de ruptura com o Sócrates, não é? Completamente cínico, completamente hipócrita, já sei que sim, mas aquela manifestação foi a peça que faltava para ele fazer o discurso de ruptura com o Sócrates. *[Porque é que achas que o fez nesse dia.]* Porque acho que teve um mar de gente na rua a contestar as políticas do governo e isso deu-lhe imensa força.

CONCLUSÕES

*Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho,
a condições equitativas e satisfatórias de trabalho
e à protecção contra o desemprego.*
Artº 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Ao analisar os constrangimentos e as potencialidades à acção colectiva de pessoas desempregadas, foram equacionados *quatro problemas chave*: a acção colectiva não é uma categoria abstracta que se sustente fora da história e da política; o isolamento das pessoas e o seu desenraizamento social bloqueiam a sua capacidade de envolvimento na acção colectiva; a mobilização colectiva é mais difícil entre pessoas com identidades e interesses heterogéneos; para que os processos de elaboração possam potencialmente questionar a legitimidade do sistema, as pessoas têm de se sentir simultaneamente lesadas acerca de algum aspecto das suas vidas e optimistas quanto às possibilidades de êxito da acção colectiva para a solução dos problemas. Com o programa de austeridade e de flexibilização das relações laborais que tem sido aplicado ao longo dos últimos anos, e o previsto para os próximos anos, são colocadas mais e mais dificuldades às pessoas desempregadas e cada vez menos alternativas: defendendo que a criação de emprego só é possível após a retoma económica, esvaziando as medidas de protecção social e associando-as a mecanismos de carácter compulsivo, estas políticas colocam muito poucas alternativas a quem está desempregado – o regresso forçado a um mercado de trabalho cada vez mais precário e mal remunerado; a dependência de um sistema de regulação social do desemprego, do tipo familista, em risco de ruptura; ou a emigração. Olhando as experiências de desemprego aqui apresentadas - as trajectórias de empobrecimento; as aspirações profissionais sucessivamente frustradas; a precarização que é eternizada; o sentimento de impotência intermitente ou persistente; a apreensão quanto à possibilidade de ficar sem qualquer protecção na velhice; o eterno adiamento da constituição de família; as necessidades mais básicas que são ameaçadas; a percepção da desmobilização de capacidades – não será precipitado concluir que, não obstante a diversidade dos seus perfis, as pessoas entrevistadas sentem que foram lesadas, privadas do acesso a recursos fundamentais necessários para garantir desde as necessidades mais básicas, como a alimentação e a habitação, até ao lazer, à cultura e mesmo actividades de sociabilidade. No entanto, para que os processos de elaboração possam potencialmente questionar a legitimidade do sistema, as pessoas têm de se sentir simultaneamente lesadas acerca de algum aspecto das suas vidas e optimistas quanto às possibilidades de êxito da acção colectiva para a solução dos problemas.

A dimensão económica, mesmo que com níveis variados, é um elemento comum à experiência de desemprego, mas a forma como a situação é elaborada parece variar em função do *percurso laboral*

anterior à situação de desemprego. No que concerne às identidades relacionadas com o trabalho e com a situação de desemprego, é possível distinguir, especialmente num grupo menos jovem e menos qualificado, *identidades profissionais mais ou menos estáveis*, mesmo que na sequência de um percurso de vinculação laboral precária, e em que a situação de desemprego num mercado de trabalho que discrimina quem tem mais de quarenta, é vivida como uma tragédia pessoal, associada a um forte sentimento de revolta e de ressentimento, potencialmente geradora de sentimentos de desânimo e uma postura de acomodação. Esta orientação tende a ser tanto mais forte, quanto mais peso tiver tido a actividade laboral na ocupação do tempo e nas sociabilidades. Noutros casos, o percurso laboral precário é marcado por uma *identidade profissional difusa* e o sentimento de perda é por isso menos marcado. Assinale-se uma terceira orientação identitária em que o percurso profissional foi demasiado curto e precário e em que o sentimento de perda não incide tanto sobre o trabalho que se teve mas antes nas *aspirações profissionais*, construídas em torno de um determinado percurso de formação, ou de um determinado estilo de vida, e que se revelaram *frustradas*. Este parece ter sido, aliás, o mote identitário do protesto da geração à rasca, que teve a particularidade da mobilização em torno da urgência de debate sobre as perspectivas de futuro de uma determinada geração, não deixando, no entanto, de vincar um sentimento de solidariedade inter-geracional.

Em alguns dos casos em que o sentimento de privação e a identidade de desempregado/a são vincados, uma das modalidades de participação proposta é a constituição de uma associação de desempregados/as, como grupo de pressão sobre o “poder”, com acção de defesa de direitos, ou de apoio instrumental (ex: procura de emprego) a desempregados/as. Uma outra proposta que surge em casos de biografias diversas (identidade profissional estável e aspiração profissional frustrada) é a aposta em estratégias no empreendedorismo para a criação do próprio emprego (individualmente ou juntando várias pessoas desempregadas). Noutros casos, que apontam para um questionamento sistémico e a necessidade de uma mudança global, as propostas de intervenção salientam a necessidade de não se cingir as reivindicações ou acções à esfera produtiva. Curiosamente, entre estas orientações, tanto surgem casos em que é feita uma clara referência a um conflito de classe e a uma desigualdade de distribuição de recursos, como noutros é salientada uma disfunção sistémica. Em ambos os casos são indicados vários níveis de responsabilidade (poder político, poder económico e financeiro, sociedade civil), nos quais não é descartada a responsabilidade cívica do/a cidadão/ã comum. Um outro perfil de orientação para acção, associado a uma baixa participação cívica, está assente numa forte desconfiança em relação à “política”. Ainda sobre as orientações face ao trabalho, em casos em que o trabalho é encarado como apenas uma das dimensões da vida - mesmo que importante e até central -, a situação de desemprego ou, pelo menos, a carga emocional a ela associada, tende a ser relativizada, e as possibilidades de sociabilidade e os mediadores de compensação tendem a ser ampliados - nestes casos, é possível que os riscos de isolamento e de atomização sejam menores. Uma das preocupações que surge em várias entrevistas é a necessidade de

romper com o individualismo, a solidão e o isolamento, formentar a entre-ajuda, na implicação cidadã de cada pessoa, no seu dia-a-dia, no seu local de trabalho, ou pela criação de espaços e soluções – não apenas virtuais – que agreguem as pessoas. Esta é uma questão muito apontada em casos que, mesmo que se verifique a expressão de preocupação sobre a situação actual e a sua evolução futura, há um certo optimismo relativamente à possibilidade e importância da acção colectiva de pessoas desempregadas e, na maior parte dos casos associados a esse tipo de orientação, é salientada a vantagem de estabelecimento de alianças entre movimentos sociais. Atendendo à importância dos sindicatos como actor estratégico nos conflitos sobre o trabalho e, embora duas das pessoas entrevistadas sejam sindicalizadas e outras tenham reconhecido a sua importância, considera-se ser necessário abordar, em futuros estudos, de forma mais aprofundada, as representações e expectativas relativamente ao papel dos sindicatos. Por fim, é de assinalar que a maior parte das pessoas entrevistadas disse não conhecer experiências de acção colectiva de desempregados/as, em Portugal, ou noutros países.

Abordar um segundo objectivo desta dissertação, o de contribuir para activar processos de aprendizagem colectiva envolvendo desempregados/as, implica colocar a ênfase nas potencialidades de mobilização colectiva de desempregados, lembrar que se *a estrutura constrange e possibilita as acções dos agentes*, também *os agentes reproduzem e transformam as estruturas*. É neste ponto que reside uma força da metodologia da IAP, explicitada na introdução e que agora retomamos: é através do acesso ao conhecimento e da participação na sua produção, usos e disseminação que os actores podem afectar as *fronteiras do possível*⁹⁶, procurando assim desafiar relações de poder em cada uma das suas dimensões - abordando necessidades de *conhecimento, consciência e acção*. Responder aos problemas colocados desde o *eixo do conhecimento* implica encará-lo como um recurso que afecta decisões e aponta a necessidade de envolvimento das pessoas desempregadas no acesso a conhecimento e a participação na sua produção, uso e disseminação. Desse ponto de vista há vários temas críticos: a evolução em termos de políticas macro-económicas que tem contribuído para alimentar o desemprego em massa; a contextualização histórica dessa evolução e os resultados anteriores desses tipos de medidas; o avanço civilizacional que representou o consenso em torno do pleno emprego; os impactos sociais do desemprego; a visibilização e a partilha de experiências por quem está em situação de desemprego. Este último tema remete-nos um outro problema identificado – *a diversidade de identidades e interesses* – e para o *segundo eixo, o da consciência*, ou seja, a visão que têm do mundo as pessoas envolvidas e convoca o problema do *ovo e da galinha*, abordado no enquadramento teórico. A leitura desta questão a partir da perspectiva das pessoas entrevistadas sugere que heterodoxia poderá ser uma abordagem sensata face à diversidade de identidades num contexto de forte tensão entre os mecanismos estruturais e os processos de individualização e em que, como têm argumentado vários

⁹⁶ Gaventa e Cornwall (2008: 176).

autores⁹⁷, as sociedades europeias não deixaram de ser sociedades de classe e isso é crítico na análise dos processos de exclusão e de vinculação social. Neste sentido, sugere-se que a resposta ao problema do *isolamento e desenraizamento social* passa pela recuperação de conceitos como comunidade e solidariedade orgânica e, simultaneamente, o reforço das reivindicações organizadas. Por outras palavras, a combinação de uma política de identidade com uma política de redistribuição. No que diz respeito ao *eixo da acção*, é necessário uma agenda que ligue desemprego, precariedade e austeridade; a construção de alianças como um elemento chave para ultrapassar a marginalização dos/as desempregados/as; a articulação entre o local, nacional e o transnacional; e por fim a recombinação de novos e velhos instrumentos de mobilização. Neste sentido, a acção e a mobilização que desafiem as fronteiras sociais e as relações de poder necessitam de estar ancoradas num objectivo de construção de alternativas e num processo de aprendizagem colectiva que passe por ciclos de acção-reflexão-acção.

⁹⁷ Scott (2000).

BIBLIOGRAFIA

- Aboim, Sofia (2003), “Evolução das estruturas domésticas”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº43, 2003, pp.13-30.
- Araújo, Pedro (2008), *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*, Coimbra, Quarteto.
- Baglioni, Simone, Britta Baumgarten, Didier Chabanet e Christian Lahusen (2008), “Transcending marginalization: the mobilization of the unemployed in France, Germany and Italy in a comparative perspective”, em *Mobilization : The International Quarterly* 12(3), 323-335.
- Bourdieu, Pierre (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora.
- Caleiras, Jorge (2011), *Para Além dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas*, Tese de Doutoramento FEUC, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/16439>
- Cantante, Frederico Cantante (2011), *O desemprego em Portugal num contexto de crise financeira: números e desafios*, em Observatório das desigualdades, disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=pt&id=114>
- Cascant i Sampere, Maria Josep (2008), *Teoria y práctica de la investigación*, Master en Políticas y Procesos de Desarrollo.
- Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question social: Une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura (Vol.I), A sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Centeno, Mário, José R. Maria e Álvaro Novo (2009), “Desemprego: Oferta, procura e instituições”, em *A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária*, Lisboa, Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal.
- Centeno, Mário, José R. Maria e Álvaro Novo (2010), “Como medir o desemprego? Implicações para a NAIRU”, em *Boletim Económico*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Danermark, Berth, Mats Ekstrom e Jan Ch. Karlson (2002), *Explaining society: Critical Realism in the social sciences*, Oxon, Toutledge.
- Demazière, Didier (1995), *Le sociologie de chômage*, Paris, La Découverte.
- Diani, Mario (2011), “Social movements and collective action”, em Peter Carrington e John Scott (Eds.), *The Sage Handbook of Social Network Analysis*, London, Sage.
- Estanque, Elísio (1999), “Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 85-111.
- Estanque, Elísio e Hermes Augusto Costa (orgs.) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social*, Coimbra, Almedina.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck e Martin Rhodes (2000), *O futuro da Europa social. Repensar o trabalho e a protecção social na nova economia*, Oeiras, Celta.
- Flick, Uwe (2002), *Métodos qualitativos nas investigação científica*, Lisboa, Monitor – Projectos e Edições.
- Flick, Uwe (2004), “Entrevista episódica”, em Martin W. Bauer e George Gaskell (Eds.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Fraser, Nancy (2002), “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e distribuição”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Outubro de 2002, nº 63.

- Gaventa, John e Andrea Cornwall (2008), “Power and Knowledge”, em Peter Reason e Hilary Bradbury (Eds.), *The Sage Handbook of action research: participative inquiry and practice.*, London, Sage.
- Giddens, Anthony (1986), *The Constitution of the Society. Outline of the Theory of the Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giugni, Marco (2010), “The contentious politics of unemployment in Europe: an introduction”, em *The contentious politics of unemployment in Europe. Welfare States and Political Opportunities*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 1-16.
- Giugni, Marco e Paul Statham (2002), *The contentious politics of unemployment in Europe. Political claiming making, policy deliberation and exclusion from the labor market. A research outline.*, EUROPOLCOM, Working Paper Series, ISSN 1477-1373, Issue 2/02.
- Hespanha, Pedro (Coord.) (2007), *É o desemprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no Distrito de Coimbra*, Cadernos REAPN, Coimbra, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Nucleo de Coimbra.
- Klooterboer, Dirk (2008), *Estratégias sindicais inovadoras*, Cadernos do Instituto Ruben Rolo 7, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert.
- Hosbawm, Eric (1995), “El abismo económico”, em *História del siglo XX*, Barcelona, Crítica.
- Hyman, Richard (1999), *An emerging agenda for trade unions?*, Genebra, OIT.
- Lazarfel, Paul F., Jahoda, Marie e Zeisel, Hans (1981), *Les Chômeurs de Marienthal*, Paris, Les éditions de Minuit
- Lima, M. da P. C. (2004), “Tendências de evolução dos sistemas de relações laborais e das relações de emprego” em *Relações colectivas de trabalho e flexibilidade ofensiva, nos anos 90, em Portugal*, Tese de Doutoramento, ISCTE, pp 59-79.
- Marx, Karl (1974), “A compra e venda de força de trabalho”, em *O Capital, Vol. I, O desenvolvimento da produção capitalista*, Cap. VI, Lisboa, Delfos, pp. 102 a 109.
- Marx, Karl (1974), “As classes”, em *O Capital, Vol. II, A reprodução do capital*, Cap. LIII, Lisboa, Delfos, pp. 741 e 742.
- Marx, Karl (2007), “Antithesis of Capital and Labour. Landed Property and Capital” em *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, Mineola, Dover Publications, pp. 84-92.
- McAdam, Doug, John Macarthy e Mayer N. Zald (1996), *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*.
- Melluci, Alberto (2001), *Challenging codes: Collective action in the information age*, Cambridge University Press.
- Merton, Robert K. (1996), “Insiders and Outsiders: A Chapter in the Sociology of Knowledge”, em Werner Sollors (ed), *Theories of Ethnicity. A classical reader*, Eastbourne, Palgrave.
- Mitchell, William e Joan Muysken (2008), *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*, Cheltenham, Edward Elgar.
- O'Brien, R. (2001). “An Overview of the Methodological Approach of Action Research”, em Roberto Richardson (Ed.), *Theory and Practice of Action Research*, João Pessoa, Brazil, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.web.ca/~robrien/papers/arfinal.html> (Accessed 20/1/2002)
- Paugum, Serge (1996), « Introduction: La constitution d'un paradigme », em Serge Paugam (Org) *L'exclusion : l'état de savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 7-19.

- Pedroso, Paulo (2008), *Modelos de activação dos desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*, Lisboa, GEP/MTSS.
- Pereira, Inês C. F. (2009), *Movimentos em rede: biografias de envolvimento e contextos de interação*, Lisboa, ISCTE-IUL (Texto policopiado).
- Polleta, Francesca e James M. Jasper (2001), Collective identity and social movements, em *Annu. Rev. Sociol.* 2001, 27:283-305.
- Schnapper, Dominique (1996), « Intégration et exclusion dans les sociétés modernes », em Serge Paugam (Org) *L'exclusion : l'état de savoirs*, Paris, Éditions la Découverte.
- Scott, John (1994), *Poverty and wealth: citizenship, deprivation and privilege*, New York, Longman Sociology Series.
- Scott, John (1996), *Stratification and Power: Structure of class, status and command*, Cambridge, Polity Press.
- Scott, John (2001), "If class is dead, why won't it lie down?", em *Inclusions and exclusions in European societies*, London, Routledge.
- Teles, Nuno (2007), "A política como problema de Mercado", em *Monde Diplomatique – Edição portuguesa, II Série*, nº 14.
- Weber, Florence 2001 "Settings, interactions and things. A plea for multi-integrative ethnography", *Ethnography*, 2 (4): 475-499.
- Wellman, Barry, 'From Little Boxes to Loosely-Bounded Networks: The Privatization and Domestication of Community', em *Sociology for the Twenty-First Century: Continuities and Cutting Edges*, ed. Janet Abu-Lughod, University of Chicago Press, 1999 (pp. 94-114).
- Woodard, Alison e Martin Kohli (2001), "European societies: inclusions and exclusions", em *Inclusions and exclusions in European societies*, London, Routledge.

Anexo I

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Introdução do princípio da entrevista

TEMA: DESEMPREGO

2. Biografia escolar e laboral

- Falar do percurso escolar: escolaridade? Áreas ou cursos de especialização? Cursos profissionais? Razões de escolha? Motivações [ir situando temporalmente o percurso]
- Fale-me um pouco do seu primeiro trabalho...* [identificar os vários empregos tidos – funções desempenhadas e entidades patronais, e situar temporalmente]
- Convocar a 1ª experiência de desemprego.

3. Impacto do desemprego na vida diária

- Um dia na condição de desempregado/a.
- Desemprego nos vários domínios do quotidiano.
 - Económico/financeiro.
 - Trabalho e carreira profissional.
 - Afectiva/Familiar.
- Vida social e relações com amigos/as.**
- Participação cívica e cidadania.**

4. Formas de lidar com o desemprego

- O que é que tenta fazer para ultrapassar o momento em que actualmente vive?*
- Com quem (pessoas, organizações ou instituições) sente que pode contar para enfrentar os problemas do seu dia-a-dia associados à experiência de desemprego?*
- Sente que as pessoas olham de forma diferente para si?*
- Explorar instrumentos de protecção social a que tem acesso (subsídio de desemprego; tempo)
- O que é que espera dos centros de emprego para ultrapassar a situação actual? De outros serviços públicos? De outros mecanismos do mercado de trabalho (ex: agências de emprego?)*

5. Conceito e tópicos mais gerais sobre o desemprego

- Definição subjectiva de desemprego.
- Convocação de experiências significativas.
- Refocagem – situação marcante.
- Como é que descreveria a actual situação vivida em Portugal, em termos de desemprego?*
- Principais causas para a situação actual. [procurar padrões: indivíduo vs sociedade]
- Identificação de responsabilidades.

6. Conceito e biografia sobre experiências colectivas

- Definição subjectiva de acção colectiva.
- Convocação da 1ª experiência de acção colectiva.
- Fazer uma pequena biografia das principais experiências de acção colectiva tidas (colectividades, associações, sindicatos, grupos informais).
- Convocação de experiências significativas.
- Refocagem1 – significância da participação pessoal.
- Refocagem2 – frustração.
- Refocagem3 – entusiasmo.

7. Focando partes centrais do tema: desemprego e acção colectiva

- O que é que acha que se pode ou deve fazer para mudar essa situação?*
- E o que acha que pode fazer para contribuir para essa mudança?*
- Quais (o quê ou quem) lhe parecem ser os maiores obstáculos à mudança?*
- O que é que acha que pode fazer para contribuir para promover essas mudanças?*
- Qual é que acha que pode ou deve ser o papel dos desempregados/as?*
- Com quem (pessoas ou organizações) é que acha que pode contar para promover essas mudanças?*
- Que aprendizagens retira de experiências anteriores de acção colectiva e gostaria de ter em conta se se envolver num novo processo de acção colectiva, por exemplo, com desempregados/as?*
- Já ouviu falar em experiências de acção colectiva noutros países?*
- Acha que seriam possíveis em Portugal? Que condições é que seriam necessárias?*

8. Avaliação e outros...

Anexo II

FOLHA DE REGISTO DA ENTREVISTA

Data da entrevista: _____ Local: _____ Duração: _____

Indicador p/ identific: _____ Nó de contacto: _____

Género: _____ Idade: _____ Nacionalidade: _____

Qualificações? _____ Última profissão: _____

Residência (concelho/distrito): _____ Facilidades acesso à net? _____

Mobilidade/Meio de transporte preferencial: _____

Estado civil: _____ Filhos? Quantos? Idades? Género? _____

Desempregado/a desde: _____ Desemp. Anterior? (S/N) _____

Última entidade patronal: _____ Resumo do contexto de
passagem ao desemprego (iniciativa do empregador; do desempregado/a; situação de conflito/litígio?)

Direito a protecção social? S/N _____ Tipo/Regime? _____

Valor? _____ Até quando? _____

Resumo da biografia de emprego/desemprego anteriores:

Indicação de 3 desempregados/as a entrevistar (nome/contacto); outros (inds/org)

Disponibilidade para *focus group*/acções futuras? Constrangimentos?

Facilidade em utilizar instrumentos de trabalho em rede na net (mailing list; blog)?

Interesse em participar na construção de uma base de dados documental sobre desemprego e acção colectiva? _____

Observações: _____

Anexo III

MAPEAMENTO DE REDES SOCIAIS

Indicar 3 exemplos dessas relações e caracterizar:

a) Redes sociais em termos de apoio disponível (família, amigos, outros):

- período de tempo regularidade do contacto
(diária, semanal, mensal, trimestral, semestral, anual, muito esporádica);

- intensidade emocional 1(muito fraca)-2-3-4-5 (muito forte);

- intimidade 1 (muita) – 2- 3. 4. 5 (pouca);

- serviços recíprocos exemplos/tipo.

b) Redes sociais com outras pessoas desempregadas

- período de tempo regularidade do contacto
(diária, semanal, mensal, trimestral, semestral, anual, muito esporádica);

- intensidade emocional 1(muito fraca)-2-3-4-5 (muito forte);

- intimidade 1 (muita) – 2- 3. 4. 5 (pouca);

- serviços recíprocos exemplos/tipo.]

c) Redes sociais ligadas a experiências cívicas ou de activismo, actuais ou passadas

- período de tempo regularidade do contacto
(diária, semanal, mensal, trimestral, semestral, anual, muito esporádica);

- intensidade emocional 1(muito fraca)-2-3-4-5 (muito forte);

- intimidade 1 (muita) – 2- 3. 4. 5 (pouca);

- serviços recíprocos exemplos/tipo.]

Anexo IV – Fichas de caso

Ficha de caso 1

Tânia

É um bocado o virar doméstica. Sempre quis ver uma grande manifestação de desempregados e o tema que já a preocupava mesmo quando trabalhava. Luta não tem dono.

Entrevistei a Tânia a 22 de Fevereiro, foi a primeira entrevista realizada, ainda um primeiro teste do guião, na mesma altura em que foi entrevistado o Michael. Depois da entrevista combinámos preparar uma faixa para participar na manifestação da “Geração à Rasca”, prevista para 12 de Março, A faixa feita para a manifestação era de serapilheira, dizia a preto *DESEMPREC@RIOS* e, a vermelho, *ATÉ QUANDO?* Tânia voltou a participar numa manifestação promovida pela CGTP e esteve para participar na manifestação do 25 de Abril, mas acabou por não vir por motivos de saúde. Faz parte da mailing list entretanto criada e participou no primeiro encontro de pessoas desempregadas.

Ela tem 45 anos, é solteira e tem dois filhos adolescentes, com quem vive. Está desempregada desde Julho de 2010 e a última actividade desempenhada foi a de administrativa, tendo sido despedida por extinção do posto de trabalho. Recebeu um subsídio de desemprego de cerca de 560 euros/mês até Junho de 2012 e os filhos beneficiam de abono de família de cerca de 80 euros. Tânia tem o 12º ano e dois cursos técnico-profissionais, um de informática e outro de contabilidade. Começou a trabalhar com 17 anos, na maior parte do tempo como administrativa, sempre em situação precária, com contratos de duração inferior a três anos, chegando a exercer a mesma função em várias empresas do mesmo grupo. Para ela, o desemprego está, antes de mais, associado à precariedade. Ao longo do seu percurso profissional ficou várias vezes desempregada, mas considera que esta última é a mais complicada, visto que tem que sustentar sozinha os seus filhos e ser mais difícil arranjar emprego na sua idade. Considera o impacto económico do desemprego muito forte, tendo mais dificuldades em pagar as despesas da casa e, por vezes, sendo obrigada a pedir dinheiro emprestado. Preocupam-na particularmente as repercussões que isso tem na vida dos seus filhos, nomeadamente em termos escolares. Associa o desemprego à privação económica, à redução de capacidades, à inactividade e à solidão e, de facto, no seu dia-a-dia, passa mais tempo em casa. Embora isso faça com que tenha mais disponibilidade para os seus filhos, preferia estar a trabalhar: *É um bocado o virar doméstica (...) que é uma situação em que eu não me sinto muito... muito feliz.* No entanto, considera-se privilegiada relativamente a muitos desempregados, visto ter muita actividade cultural e cívica – teatro, actividade sindical e política –, que manteve, e continua a encontrar-se regularmente com amigos. Embora preferisse estar a trabalhar, acaba até por ter mais disponibilidade para desenvolver aquelas actividades. Para tentar arranjar emprego envia currículos e tenta obter informação através da sua rede de contactos, mas não espera encontrar emprego através dos centros de emprego. Gostaria de fazer uma formação na área da higiene e segurança no trabalho. Sente-se injustiçada por, estando desempregada, não serem aproveitadas as suas capacidades. Para si, as pessoas desempregadas têm capacidades que, postas em acção, seriam uma mais-valia também para o nosso país, mas são reduzidas à inactividade. E acha muito injusto que tenha havido dinheiro para os bancos, mas que não haja dinheiro para a criação de novos empregos. Considera que a responsabilidade pela situação actual é de quem tem tido responsabilidades governativas, e não se preocupou com objectivos de crescimento ou em dar o mínimo de condições para que as pessoas vivam com um mínimo de respeito e de dignidade. Por outro lado, se as entidades patronais funcionam de forma errada, isso acontece porque os governos têm permitido que assim fosse. O sistema actual é o que caracteriza como sendo um “capitalismo com uma imensa falta de inteligência”, baseado na lógica da obtenção de dinheiro, a todo o custo.

Tânia considera que os movimentos sociais são muito importantes e há muito tempo que gostava de ver uma grande manifestação de desempregados em Portugal. O tema do desemprego é, aliás um tema que a preocupava, mesmo quando estava a trabalhar. Acha que seria importante a participação de desempregados na manifestação de 12 de Março, sobre precariedade, e que deveriam levar uma faixa própria, alusiva à questão do desemprego. Considera que quem está desempregado não tem nada a perder, que é muito importante que as pessoas se mobilizem, que têm poder e que devem exercê-lo, que as pessoas devem vir para a rua reivindicar os seus direitos que, afinal, são direitos humanos. Preocupa-a que as pessoas se sintam vazias e acha importante que não se deixem “aniquilar”. Uma das experiências de acção colectiva em que considera que a sua participação fez a diferença foi a de um processo de luta perante a falência de uma fábrica, no qual Tânia teve um papel chave para que as mulheres envolvidas se mobilizassem e não desistissem. Acha que a luta vale a pena e uma das aprendizagens fundamentais que retira e que gostaria que fosse tida em conta, é a que as lutas não têm um dono.

Ficha de caso 2

Michael - *Demasiado novo para se reformar, considerado velho para trabalhar Sente uma grande revolta e gostaria de ver uma Praça Tahir em Portugal.*

Michael tem 42 anos, tem uma filha, é divorciado e vive sozinho. Tem o 11º ano de escolaridade, estando actualmente a frequentar o 12º ano. Está desempregado desde Abril de 2010 e a última função desempenhada foi a de vendedor/delegado comercial. Tem subsídio de desemprego de cerca de 900 euros/mês, de duração prevista até Fevereiro de 2012. Teve um problema com o processamento do seu pedido de desemprego pois pretendiam atribuir-lhe, em vez do subsídio de desemprego, uma pensão por invalidez de cerca de 180 euros/mês. Foi despedido por termo de contrato depois de ter já percorrido todas as empresas do mesmo grupo. Começou a trabalhar com 18 anos, e desempenhou, ao longo do seu percurso profissional, funções de pacote, comercial, administrativo e operador de portagem, sempre com vínculos precários – contratos a prazo ou recibos verdes. Ao desemprego associa o sentimento de inutilidade e a ideia de injustiça social, de um direito que não é respeitado. Não é a primeira vez que fica desempregado, e a anterior ocorreu numa altura crítica da sua vida, quando tinha 26 anos, pouco tempo depois de casar e da sua mulher ter engravidado. A diferença é que desta vez é mais difícil arranjar emprego, principalmente porque é mais velho: ainda novo para se reformar e considerado velho para conseguir emprego. Sente-se excluído por estar desempregado e as rotinas da apresentação periódica dão-lhe a sensação das medidas do termo de identidade e residência que são aplicadas aos criminosos, ou suspeitos de crime. A sua vida social foi muito afectada, sai pouco de casa, não tem vontade de fazer nada – nesta experiência de desemprego sente mais o isolamento do que nas anteriores, em que o suporte familiar, mesmo dos pais, era maior. Em termos económicos, grande parte do subsídio vai para as despesas, com a casa e com o carro, com a pensão de alimentos da filha, sobrando pouco para tudo o resto e limitando muito a mobilidade. Considera que tem poucas perspectivas de trabalho, pensa na possibilidade de emigrar, e diz que a filha considera fazer o mesmo. No entanto, acha que as perspectivas na Europa estão em geral más, para emigrar só mesmo se tiver uma proposta concreta. Não tem expectativa de encontrar trabalho através dos centros de emprego e considera que a capacidade de resposta destas entidades diminuiu, mesmo em termos de oferta formativa. Não gostaria de voltar a ter um trabalho precário, a não ser que seja essa a única possibilidade. As suas principais preocupações são conseguir um emprego, ou seja, ter meios de subsistência, ter melhores condições financeiras do que as que tem e ser um exemplo para a sua filha: “E neste momento não vejo nada disso, não consigo fazer nada disso.”

Considera que a situação em Portugal quanto à questão do desemprego é “gritante”, que a única saída oferecida às pessoas é a emigração e que os governos, já desde o Governo de Cavaco Silva na década de 80, são os responsáveis pela situação actual. Sente uma grande revolta e considera que a única saída é uma mudança radical, de sistema, uma revolução: “Portugal precisa de uma *Praça Tahir*”. Considera que baixar salários não resolve nada, alimenta um ciclo vicioso de estagnação da actividade económica e produtiva. Considera que o principal obstáculo à mudança é o medo, que se vive uma política do medo, embora não perceba bem, no caso dos desempregados, de que têm medo. Acha que os desempregados podem ter um papel importante, visto que não têm nada a perder e que se deverão organizar, podendo contar com as associações de desempregados que existam, com os partidos políticos. Considera que acção colectiva é sinónimo de união - “a união faz a força” -, que uma pessoa sozinha não faz nada e muitas já “metem respeito”, que as pessoas quando se unem conseguem aquilo que pretendem. Fica frustrado quando se organizam coisas e as pessoas não aparecem. É importante “dar voz” a quem não a tem, é importante que as acções sejam visíveis, que tenham impacto, e que as pessoas consigam obter aquilo que precisam e que não têm – essa é uma forma de se fazer justiça.

Ficha de caso 3

Mamadú

Está “à rasca” mas não quer ser uma máquina que pareça um humano. Por isso equacionou emigrar. O conflito de classes, a necessidade de um pós-12 de Março e a importância da aprendizagem colectiva.

Mamadou tem 27 anos, na altura da entrevista encontrava-se a frequentar o 3º ano de Estudos Africanos, e vive com a mãe. Ao longo do seu percurso académico, desenvolveu outras actividades e acabou por suspender o curso para trabalhar e chegou mesmo a sair do país, uma vez para trabalhar, outra para fazer voluntariado, tendo regressado à faculdade recentemente. Na entrevista, disse considerar estar *à rasca* e que as suas expectativas futuras passavam por acabar o curso e sair de Portugal, arranjar qualquer coisa de que goste, mas que lhe permita sair da situação de desemprego. Hoje, já concluiu o curso e conseguiu emprego na organização onde estagiou. Mamadou já tinha trabalhado antes, mas não tinha qualquer registo na segurança social, visto que o salário era demasiado baixo e procurava evitar gastar o período de isenção. Já trabalhou em projectos de férias para crianças de Bairros Sociais, em Call Centres, já foi vendedor, tanto por telefone, em call centre, como no porta-a-porta e já fez mudanças de casas, sempre por períodos curtos. Viveu dois meses e meio em Cabo Verde, a trabalhar

numa loja a vender t-shirts a turistas e mais tarde esteve na Guiné num programa de cooperação para o desenvolvimento – esse foi o único trabalho que lhe alimentou expectativas de construção de uma carreira profissional. Disse considerar-se desempregado porque até já trabalhou mas que a sua subsistência dependia única e exclusivamente da sua mãe e que essa dependência é tanto mais significativa considerando que não tem direito a protecção social, nem sequer em termos de saúde, porque é já maior de 25 anos mas não tem registo na segurança social. Por esta razão sente que apenas conta com o apoio da mãe, do irmão, de amigos. Houve momentos em que a condição de desempregado foi muito marcante pois chegou a não ter dinheiro para comprar o passe e ficou 15 dias praticamente enclausurado em casa. E a pensar *o quão dependente* estava. Marcou-o o episódio do seu despedimento do call-centre, numa altura em que estava com dois empregos, fazia 12 horas por dia, e despediram-no numa conversa de 15 minutos em que uma das justificações dadas foi o facto de não seguir o “texto-padrão à risca”. Ficou com bastante raiva, a pensar: *estes gajos não querem um ser humano, querem uma máquina que se pareça com um ser humano*. Estando desempregado sente que se torna mais difícil situar o tempo e, embora tivesse retomado os estudos tinha apenas quatro aulas por semana pelo que sentia muito o peso da inactividade. Por outro lado, as dificuldades económicas implicaram uma grande redução da actividade social. Ainda vai de vez em quando ter com amigos a Lisboa, porque tem passe, mas habitualmente opta por vir cedo, de forma a evitar gastos, ou, não tendo dinheiro no telemóvel o que lhe dificulta comunicar com amigos. Às vezes, sente que está “enclausurado em casa” e, apesar da mãe não o dizer, evitando criar atrito, sente que estar desempregado tem o seu peso, tem a consciência que ela ainda tem de o apoiar e não tem condições para o “sustentar abastadamente”. Às vezes sente que não faz tudo o que podia fazer, quer em termos de activismo, quer em termos de procura de emprego. Já se fartou de enviar currículos e, se calhar, havia coisas que poderia ter feito mais, mas também não sente condições para fazer mais - às vezes falta vontade, às vezes falta-lhe força, por saber que aquilo que conseguiria arranjar seriam maus empregos, como os que já teve. Quer concluir a licenciatura, porque apesar de considerar que tem experiência relevante precisa do “canudo”. Considera por isso que a valorização do currículo escolar é excessiva porque impede pessoas com capacidades, resultantes da *escola da vida* de poderem progredir na vida ou de desempenharem certas tarefas. Não tem direito a protecção social e já tentou arranjar emprego quer através do centro de emprego, quer através de empresas de trabalho temporário, mas era muito raro ser chamado para alguma coisa, e as raras vezes em que foi chamado, ou o salário era muito mau, ou o local de trabalho era fora de mão, e portanto com muitos custos a nível de custos de transportes. Tendo um percurso de activismo assinalável, desde que está desempregado, houve ocasiões em que não ter dinheiro impossibilitou-o ou, pelo menos, condicionou a sua “disponibilidade mental” para participar numa acção cívica e política – ou porque um debate se realizava à noite e tinha que regressar cedo para casa, ou porque implicava estar a “cravar” estadia. Considera que às vezes não conseguia participar no mesmo grau que outras pessoas.

Para si, desemprego é uma condição, *não é só o não receber um ordenado ao fim do mês, é um estado de alma, é o não ter uma actividade regular, nem condições para fazer coisas básicas*, como relacionar-se com os outros. Acha que o desemprego em si é sempre negativo, mas a situação está a piorar: cada vez menos pessoas têm direito a protecção ou as condições do subsídio de desemprego estão a tornar-se cada vez mais rígidas, ou está a ser encurtado porque há cada vez mais pessoas a trabalhar a recibos verdes, em que têm muitas vezes que pagar tudo do seu bolso, e têm dívidas à segurança social, ou por um período demasiado curto aceder a subsídio de desemprego. Contratos de seis meses, contratos de 15 dias, renovados meses a fio. Ao longo da última década situações destas têm-se tornado cada vez mais a regra, e *uma situação de desemprego, neste momento, é cada vez mais uma situação de dependência*. Na ausência de qualquer tipo de suporte, seja um subsídio de desemprego, seja qualquer maneira, as pessoas cada vez mais estão mais dependentes dos seus familiares, da sua rede de amigos, com autonomia cada vez mais reduzida. Considera que “o sistema actual é feito a pensar no lucro da empresa, no lucro dos accionistas, ao menor custo possível”, o que se vê não só, por exemplo, nas condições laborais que oferece aos seus empregados, cada vez piores, mas também, por exemplo, nos serviços que algumas empresas prestam. A responsabilidade da situação actual é de quem deixou isso acontecer, não só os decisores políticos, não só os partidos políticos, a classe governante, mas também as pessoas, mas se tivesse que escolher entre a sociedade civil e a classe governante, diria que é da classe governante, porque foi ela que abriu as portas a que se permitisse muita coisa, apenas pela inércia, em alguns casos tiveram um papel pró-activo. Considera que os *homens da luta* têm razão quando dizem que *é na rua e na luta que se pode fazer alguma coisa*. E remata: *há uma classe, empresarial, chama-lhe capital, chama-lhe empresários, chama-lhe empreendedores, confederação de industria portuguesa ou o que quiser, que tem um objectivo - que é o seu objectivo - que é ganhar o máximo dinheiro para si com o menor custo possível. E eles não vão pensar em mim, eu vou ter que pensar em mim e eu vou ter que fazer e pensar em mim, eu não posso estar à espera deles*. É necessário que as pessoas se mobilizem, mas além do descontentamento é necessária a esperança, confiança de que é possível a mudança. É preciso também estarem juntas, é preciso haver qualquer coisa que junte as pessoas. Desse ponto vista, o 12 de Março foi uma excelente forma de mobilização das pessoas, mas é necessário *pós-mobilização, ou um pós descontentamento, é preciso as pessoas organizarem-se, estruturarem-se*. As pessoas podem aprender umas com as outras e, na verdade, é difícil que uma pessoa sózinha consiga mudar as coisas.

Ficha de caso 4

André

Foi descartado como uma peça, mas contou com o apoio do sindicato. A sua vida está parada. A crise é uma desculpa para despedir pessoas. É trabalhadores uma estrutura sindical que os protege.

André tem 23 anos, é solteiro e vive com a tia. Aos 18 tirou um curso de técnico administrativo, de nível III, que lhe deu equivalência ao 12º ano, e no âmbito do qual fez um estágio não remunerado. Não seria a sua primeira escolha, já que preferia profissões mais práticas como jardinagem ou fotografia, mas esses cursos não permitiriam o acesso ao 12º ano. Depois de concluído o curso, procurou trabalho durante cerca de seis meses, e em Março de 2009 começou a trabalhar como fiel de armazém numa empresa da indústria electrónica. Em Novembro de 2010, ficou desempregado por não lhe sido revogado o contrato, aquando da terceira renovação de contrato, quando efectiva. Tinha estado de baixa durante seis meses e pensa que isso foi pretexto para a não renovação sob o argumento de que não dava estabilidade à empresa. Não tinha expectativas que fosse um trabalho para vida, mas não esperava ser despedido assim, como se fosse uma ferramenta, nem ficar tanto tempo sem trabalho. Isso veio dificultar-lhe muito a organização da sua vida, tanto em termos económicos como sociais. Ao desemprego associa a ideia de ter a vida um bocado parada, e acha que hoje isso é uma coisa que pode acontecer a qualquer pessoa, mesmo sem justa causa, sem ter culpa. Recebe cerca de 360 euros/mês de subsídio de desemprego (até Agosto de 2011), quase metade do que recebia quando estava a trabalhar. Diz que se dependesse só de si, não conseguiria sobreviver, mal daria para pagar a renda da casa. Sente muito o impacto social de estar desempregado, passa muito tempo em casa, quando sai é para tratar de coisas, visto que é mais difícil conhecer gente e combinar coisas com amigos. Para lidar com a situação actual entrega currículos em possíveis empregadores – teve alguns problemas, normalmente não aceitava carimbar um comprovativo de entrega – e tenta usar o humor e ver as coisas pelo lado positivo. Não tem expectativas de apoio dos centros de emprego, nunca foi chamado desde Novembro, e tem amigos a quem aconteceu o mesmo. No entanto, desta vez, sente-se mais pressionado para arranjar trabalho do que da última vez que esteve desempregado – tratado como um criminoso, não podendo sequer sair da cidade. Apesar de se considerar um optimista, acha que a situação tenderá a piorar, que a tendência é para ver aumentar os despedimentos e a precariedade, que o modelo da “flexisegurança” não é aplicável em Portugal - noutros países faz mais sentido, porque uma pessoa fica desempregada, depois é difícil arranjar emprego. Considera que a crise é usada como desculpa para despedir as pessoas, que depois são substituídas, com salários mais baixos, e sem a remuneração justa. Os trabalhadores são tratados como peças, fáceis de despedir. Considera que a responsabilidade é dos governos que aceitam esta situação e fazem as leis que os patrões querem. Acha que as manifestações são importantes, mas que também é importante mostrar o descontentamento com os governos nas eleições, através do voto – nem que seja pelo voto em branco. Tem pouca esperança que as coisas mudem, mas acha importante mostrar o seu descontentamento, nas manifestações, no facebook. O problema é que as pessoas não querem sair à rua e as que não saem criticam quem o faz. Para ele, acção colectiva é quando as pessoas têm um objectivo em comum e fazem alguma coisa por ele, e para isso reúnem-se, promovem acções, procuram divulgar a sua mensagem. Sindicalizou-se no dia em que começou a trabalhar porque acha importante os trabalhadores saberem os seus direitos e os seus deveres e estarem protegidos numa estrutura de defesa dos trabalhadores. Contou com o apoio do sindicato antes e depois de ser despedido. Não teve muita participação porque não houve greves na altura em que estava a trabalhar, pelo menos não do sector privado.

Ficha de caso 5

Mário

Dias ocupados com coisas úteis, apreensão quanto à reforma. A raiz do problema do desemprego reside no sistema que vivemos, que as pessoas não conseguem alterar individualmente.

Mário tem 44 anos, é solteiro e partilha um apartamento com pessoas amigas, grande parte delas com experiência de activismo. É licenciado em antropologia e frequenta actualmente um mestrado no mesmo campo disciplinar. Está desempregado desde Outubro de 2008, altura em que a empresa onde trabalhava, do sector da construção civil, faliu. Na altura teve direito a subsídio de desemprego e, após esse período, teve subsídio social de desemprego até Agosto de 2010. Tem rendimentos resultantes do aluguer de uma casa que lhe permite garantir o pagamento da renda da casa onde vive, e, de vez em quando, faz biscates diversos, mas sobretudo no sector da construção civil. Ao longo da sua experiência profissional, nunca teve trabalho com vínculo estável, tendo um percurso profissional que incluiu trabalho independente, contratos a prazo e biscates em sectores bastante variados como o do vídeo e cinema, artesanato, investigação em ciências sociais, traduções e construção civil. A altura em que mais se identificou como sendo desempregado foi quando teve subsídio de desemprego. Não tem muitas expectativas profissionais - mas também nunca as teve -, mas preocupa-o um pouco o que fará quando for velho, visto que tem muito poucos descontos de segurança social, pelo que não terá direito a reforma

– questão que relativiza visto que acha que quem descontou também não terá direito a reforma. Considera-se um caso atípico, visto que nunca teve emprego estável nem teve propriamente um projecto profissional, foi “tendo projectos profissionais”, não muito condicionados pela questão económica - embora não garantam a sua sobrevivência, tem alguns rendimentos que lhe permitem fazer face a despesas básicas (habitação), e recorre regularmente a biscates que lhe permitem obter rendimentos por alguns meses. Mesmo desempregado, continua a fazer coisas e a grande diferença refere-se às rotinas: quando está desempregado faz coisas, nomeadamente as relacionadas com activismo, mas tem menos rotinas diárias definidas, incluindo o lazer. Tenta assim manter os dias ocupados em coisas úteis e/ou que lhe permitam ter dinheiro para chegar ao fim do mês. Em momentos intensos da sua vida, esse tempo é dedicado ao activismo social e político, que também é, para ele, uma forma de integração social. De certa forma, quando está desempregado tem mais disponibilidade - tem mais tempo - para a participação social. Acha que a raíz do problema do desemprego reside no sistema que vivemos, e está relacionado com a história do país e da Europa, o processo de industrialização, e da desindustrialização que se seguiu, a concentração no sector de serviços. É questão sistémica muito mais profunda, que as pessoas não conseguem alterar individualmente e requer uma mudança do sistema, das relações laborais, das económicas, e até da relação também com a natureza. Para Mário, na acção colectiva, as pessoas procuram, em conjunto, soluções para as suas vidas. Para se mudar a situação actual é necessário, antes de mais, tomar consciência dela e, desse ponto de vista a existência de informação em rede é uma vantagem, mas que isso não chega, é preciso as pessoas estarem umas com as outras, cara a cara, reunirem-se. Por outro lado, acha que há um espaço de confluência entre movimentos sociais diversos – desemprego, direitos das mulheres, imigração, LGBT – que representa um sinal de esperança muito grande e considera que o seu contributo, pode ser exactamente facilitar essa confluência. Mário acompanhou com atenção a experiência francesa das marchas do desemprego e achou interessante a componente da marcha e o esforço de articulação com o movimento sindical – neste caso com sindicatos alternativos. De resto, não acompanhou muito mais iniciativas mas soube de acções de ocupação de centros de emprego. Não sabe se é possível a acção colectiva de desempregados nem sabe se foi tentado. Mas há duas condições que para si são importantes: ser um movimento em que os protagonistas são mesmo desempregados – não quer dizer que não possa haver outras pessoas, até pela associação desemprego/precariedade – porque, a seu ver, em qualquer movimento social, o registo do paternalismo não resiste muito tempo. Por outro lado, acha fundamental a articulação do movimento de desempregados com o movimento sindical, a sua cumplicidade, visto que o desemprego é uma situação de carácter laboral e também como forma de mobilização de recursos. O problema é que o movimento preocupa-se com o desemprego, mas não faz esforço de integração de desempregados na sua acção, nem pode estatutariamente. Considera muito importante que as lutas não estejam isoladas, que têm tudo a ganhar se tiverem vários níveis de abordagem, de análise dos problemas e que a formalidade, por vezes extrema, das estruturas dos movimentos sociais, sem nenhuma avaliação pejorativa, porque também faz parte, às vezes pouco conta para aquilo que é a mobilização característica do conflito social. O 12 de Março é um bom exemplo disso: quatro jovens anónimos, com muito pouca experiência de participação política e associativa, despoletaram um processo que está além disso tudo, que está além do formalismo que às vezes o próprio movimento social tem. Há muito que aprender com isso.

Ficha de caso 6

Álvaro

Desemprego como dependência económica. Às vezes esgota força anímica e a participação cívica é um escape. A mudança passa por uma tomada de consciência que pode estar a começar a acontecer, mas o mais difícil, a disputa de ideias, ainda está por fazer.

Álvaro tem 28 anos, é licenciado em química, o que correspondeu à sua primeira escolha. Desde que acabou o curso trabalhou duas vezes como bolseiro de investigação, mas a primeira experiência não correspondeu às suas expectativas - estava mais interessado em investigação aplicada, por exemplo, inserido numa empresa, e que lhe permitisse estabilizar uma vida profissional. Esta é a segunda vez que fica desempregado e considera que desta vez está a ser mais difícil conseguir trabalho, ou bolsa, até porque houve uma grande redução do investimento na sua área científica de formação, especialmente no que diz respeito a novos projectos. Para ele, desemprego significa uma *dependência económica, social e, em muitos aspectos, de vida*, e condiciona a capacidade de fazer as suas próprias escolhas, dependente de outros, em particular dos pais, uma situação que o satura. Não teve direito a subsídio de desemprego, pois os bolseiros não fazem parte do regime geral de segurança social, podem ter acesso a um “seguro social” que não garante protecção social no desemprego. Nunca recorreu a outras formas de apoio social, como o rendimento social de inserção, pois a ideia que tem é que são para situações sociais mais difíceis, como casos de desemprego de longa duração e, até ao momento, não se via nessa situação. A situação de desemprego implicou uma redução drástica de custos e teve fazer biscates e recorrer regularmente à ajuda dos pais, que passaram a suportar as despesas de alimentação. Se não conseguir trabalho, pode mesmo ter de

regressar à casa dos pais. Sabe que pode contar com a ajuda deles, mas sente necessidade de ter a sua vida, com a idade torna-se cada vez mais difícil estar em casa dos pais e, na verdade, com a sua idade, o seu pai já tinha filhos. Os pais estão preocupados com a sua situação e, às vezes, tende a surgir a comparação relativamente às opções tomadas pelo irmão. Às vezes questiona as opções de formação tomadas. Chega a analisar as possibilidades de mudar alguma coisa, se pode tirar um novo curso, mas o problema é sempre, antes de mais, financeiro, visto que o investimento em formação implica custos. Poderia pedir essa ajuda aos pais, mas seria necessário voltar para casa, reforçando a situação de dependência. Ainda numa altura em que tinha regressado à casa dos pais, houve uma fase de desmoralização total, em que tinha mesmo muitas dificuldades em fazer alguma coisa, que se sentia a viver à conta dos pais e que se auto-recriminava por isso, parecia que lhe faltava força para fazer outra coisa que não ir ao café. A dimensão social foi uma das primeiras a ser afectada, pela redução drástica de gastos com actividades de lazer que implicassem sair da localidade onde vive, ou onde vivia com os pais, o que veio a agravar-se ainda mais com a redução de alguns transportes. Sente que pode contar com a sua família, com amigos, incluindo, amigos que conhece da actividade política. Explica que recorreu ao “centro de (des)emprego” na primeira vez que ficou sem trabalho, ainda foi a várias entrevistas mas não serviram de nada. Considera que a situação é caótica e tenderá a piorar, que as possibilidades de arranjar emprego estão cada vez mais reduzidas. A situação económica e as soluções económicas encontradas para resolver a crise só agravam o desemprego e precariedade, nomeadamente entre quem trabalha ou pretende seguir uma carreira científica, o que é fomentado pelo próprio Estado. Quem trabalha nesse ramo está a fazer um trabalho extremamente qualificado, que poucas pessoas no país fazem, mas está inserido socialmente, tem de ter muita atenção ao que se passa à sua volta e isso não é valorizado, quer em termos de carreira quer em termos de remuneração.

Considera que a mudança passa pela tomada de consciência e que isso pode estar a começar a acontecer. Considera que a manifestação da geração à rasca foi, desse ponto de vista, um momento histórico, uma manifestação única em todas em que participou, e que permitiu o desenvolvimento de um sentimento colectivo de que quem é precário quem é desempregado, não está atomizado, não está sozinho, que as famílias também sofrem com a precariedade dos filhos, que é um problema comum e que tem que haver soluções políticas para responder a esse problema. No entanto, ficou tudo muito em aberto e o mais complicado, a disputa de ideias políticas, ficou por fazer. A manifestação realmente foi tão abrangente que deu para todo o tipo de gente, de todo os quadrantes políticos, de todas as ideias políticas, inclusive, um sector muito forte anti-político, se manifestar. Há o risco das pessoas não se aperceberem que o que estavam ali a fazer ser um acto político em si mesmo e que, se se quer mudar seja o que for, é essencial haver alguma espécie de organização, seja ela associativa, seja ela movimentos informais e que, se quiserem chegar a algum sítio, têm de fazer alianças. Por outro lado, considera que há um discurso que, pela sua natureza, pode ser muito aproveitado pela extrema-direita, mas que esse não será um problema real visto que a extrema direita está enfraquecida. Um dos maiores obstáculos à mudança é o pelo domínio da ideia de que as políticas são inevitáveis e o facto da corrente de pensamento que quer mudanças ser dominada por um discurso anti-partidos e anti-política que crítica o conjunto cultural, mas não a sua estrutura. Isso é complicado, porque as batalhas culturais são das mais difíceis de se disputar.

Ficha de caso 7

Luís

Da semi-dependência à dependência total e ao sentimento de revolta e busca de uma forma menos individualista, mais estrutural, para lidar com o desemprego.

Luís tem 27 anos, é solteiro, nasceu em Aveiro e vive há menos de um ano em Lisboa. Em 2007, concluiu licenciatura em relações internacionais e regressou à casa dos pais, altura em que frequentou um mestrado em estudos chineses e trabalhava em part-time numa livraria. Já tinha trabalhado ainda enquanto frequentava a licenciatura, em part-times em supermercados e como monitor infantil. Em Agosto de 2008 começou a trabalhar numa empresa de cerâmica, como gestor na área de exportações, onde trabalhou até Outubro de 2010. Tratava-se de um trabalho que considerava bastante interessante, permitindo-lhe conhecer vários países e aplicar conhecimentos da sua área de formação. Durante os primeiros meses recebia o ordenado por completo, de cerca de 900 euros, mas ao fim desse tempo, começaram a pagar o ordenado base de 650 mais prémio por objectivos, o que veio a acontecer apenas em dois meses. Decidiu deixar o emprego por considerar que não era devidamente compensado face a um regime de isenção de horário e ao nível de dedicação e de resultados conseguidos. Nessa altura, conseguiu um estágio profissional, no qual se integrou durante alguns meses, apresentando depois desistência justificada do estágio, por ter sido tratado de forma menos respeitosa pela chefia e estar a acumular funções de quatro postos de trabalho, de pessoas que, entretanto, tinham sido despedidas. Depois disso, envolveu-se, com um grupo de amigos e conhecidos, na organização do protesto da geração à rasca.

Teve a sua primeira experiência de desemprego logo a seguir à conclusão da licenciatura, o que não o surpreendeu pois durante o curso os professores alertavam constantemente para as dificuldades em arranjar emprego na área, mas foi muito angustiante por ter de voltar para a casa dos pais e pelas dificuldades em arranjar trabalho – enviava currículos massivamente e raramente conseguia entrevista. Na altura, optou por procurar emprego dentro e fora da área e fazer o mestrado como segunda opção. Nesta última vez que ficou desempregado, já em Lisboa, o impacto de ficar desempregado no seu dia-a-dia foi muito forte, a mudança “de fuso horário”, o desânimo, uma dinâmica de desânimo e frustração cíclicos, a dúvida de se terá tomado as decisões certas – a parte de realização do trabalho e as possibilidades de protecção social perdidas. Curiosamente, do ponto de vista financeiro, não houve uma quebra total relativamente à situação anterior, passou de uma situação de semi-dependência para uma de dependência total do pai. Em termos de expectativas profissionais, contrariamente a fases anteriores, ficou pouco confiante, mais inseguro relativamente às suas capacidades, e desanimado relativamente às possibilidades de melhoria – o melhor dos cenários era o de encontrar um trabalho com perspectivas semelhantes ao anterior – e uma maior tendência para o isolamento social. Por outro lado, em termos familiares, foi muito complicado, a mãe tinha estado recentemente desempregada e agora tinha um *part-time*, tinha chegado a depender do seu avô – de certa forma a dependência parecia afectar mais do que uma geração. Para ele, desemprego é sinónimo de incerteza e considera que a actual situação em Portugal é muito preocupante, não pelos números conhecidos, mas pela situação vivida pelas pessoas que estão desempregadas – mais do que uma situação de incerteza, é uma situação de desesperança: “*a luz ao fundo do túnel é tão longínqua que às vezes até esmorecemos, perdemos a energia que é tão necessária para sair desta situação.*” Para lidar com a situação desemprego, Luís começou a enviar currículos para ofertas dentro das suas áreas de interesse, mas ao fim de uns dias começou a enviar para outro tipo de actividades. Para além disso, pouco tempo depois, envolveu-se na organização do protesto da geração à rasca, uma forma “menos individualista” e mais “estrutural” de lidar com a situação de desemprego.

Ficha de caso 8

Carolina

Mãe, desempregada, estudante. Desemprego como desmobilização de capacidades, associado a má distribuição da riqueza e ao processo de precarização. Sente o “bichinho” para participar nesta fase de agitação social. É necessário encontrar soluções que agreguem as pessoas, que passem pela entreaajuda. São necessários espaços - e não apenas virtuais - onde as pessoas possam estar juntas.

Carolina tem 33 anos e tem um filho de quatro anos, com quem vive. Está desempregada desde Junho do ano passado, altura em que o projecto de desenvolvimento local onde trabalhava, numa localidade do Algarve, acabou. Quando soube que isso ia acontecer, começou a planear o que iria fazer a seguir, decidindo vir para Lisboa e retomar o percurso académico interrompido. Escolheu ciências da educação, porque considerou que lhe poderia dar ferramentas que permitiriam continuar actividades que tem desenvolvido ao longo do seu percurso profissional. Nunca teve uma actividade profissional muito estável, mas começou a trabalhar bastante cedo, aos 15 anos, altura em que fazia trabalhos administrativos na empresa do pai, no Verão. Ao longo do ensino secundário, fazia *baby-sitting*. Em Braga, durante a faculdade, trabalhou como animadora em projectos de intervenção comunitária e em Inglaterra teve actividades muito diversificadas: trabalhou em bares e discotecas, numa livraria, que era uma cooperativa - aí era voluntariado -, numa pequena fábrica de cerâmica. Fez também transcrições de entrevistas de brasileiro para inglês. Na América Latina, teve também várias actividades. Na verdade, quando saiu do secundário, tinha a expectativa de fazer uma licenciatura e fazer uma carreira académica, mas ao fim de dois/três anos ficou desencantada quer com a psicologia, ou pelo menos pela perspectiva teórica adoptada no curso, questionando mesmo a ideia de uma carreira profissional, um trabalho estável. Ao longo dos anos, e ao longo das suas viagens, foi desenvolvendo várias actividades - algumas das quais, como a permacultura e a cerâmica, que até pensa vir a desenvolver. Mas tem dificuldade em ver-se a trabalhar com um horário muito pesado – acha muito importante ter tempo de descanso, de lazer e para estar com a família. Por outro lado, não se vê muito tempo em ambiente urbano, interessando-lhe em particular o desenvolvimento local e a regeneração de pequenas localidades.

Para ela, desemprego é sinónimo de desmobilização das forças vivas da pessoa, de paragem. Actualmente, considera-se essencialmente estudante, que é aquilo a que dedica a maior parte do seu tempo, mas não deixa de ser desempregada, até porque a antecipação de ficar desempregada fê-la regressar a Lisboa e reingressar na Universidade. Quando soube que ia ficar desempregada ficou desanimada não só pela questão económica e ocupacional, mas por achar que fazia sentido o que estava a fazer e pelo impacto que teria, em termos locais, a não continuidade do projecto. Actualmente, uma das suas preocupações fundamentais é a económica. Quando veio para Lisboa, conseguiu casa emprestada, tratou de arranjar escola para o filho, pediu bolsa, organizou-se para fazer biscates, e conta com um pequeno apoio, de 150 euros, do avô. Mesmo assim, depois de chegar a Lisboa, verificou que não era fácil conseguir garantir sustento – dá para a alimentação,

deslocações e pouco mais. Recebe uma bolsa de 98 euros – contaram com os rendimentos anteriores e com a mesada do avô. Nem sempre sabe como vai pagar as propinas, não faz gastos extra, nem com roupa, e está muito limitada, não pode ir a lado nenhum. Ainda no dia anterior à entrevista percebeu que não tinha dinheiro para chegar ao fim do mês. Tenta buscar soluções, recentemente candidatou-se a uma bolsa de mérito social, mas não conseguiu e não tem expectativas de contar com as instituições de protecção social, nomeadamente a segurança social, e apenas pode contar com a sua família – mãe, avô, ex-companheira. Sente também que tem impacto na atenção e na qualidade da relação com o filho, pois anda mais tensa e, com a mudança de contexto, com as exigências do estudo, está mais virada para a família e tem menos actividade social. Nos últimos anos o trabalho e a participação cívica estiveram ligados, e sente uma quebra, mas sente o “bichinho” para participar nesta fase de maior agitação social que há em Portugal. Considera que a situação está complicada, que há muito desemprego e trabalho precário, que agora é que estamos a sentir os resultados do que foi semeado com a precarização. Para ela, a situação actual é claramente causada por uma má distribuição da riqueza e pelas políticas neoliberais, assim como por um desinvestimento nas actividades realmente sustentáveis. Considera que a principal responsabilidade é dos governos – nacionais, internacionais e da UE. Dinheiro e recursos há, que o planeta está cheio deles, é preciso é ir buscá-los onde existem, para produzir riqueza e trabalho. É necessário encontrar soluções que agreguem as pessoas, que passem pela entreeajuda, que rompam com o individualismo em que caímos. É necessário criar espaço – tem havido muitos espaços virtuais, mas acha que é muito importante existirem espaços onde as pessoas possam estar juntas.

Ficha de caso 9

Paulo

Desemprego como o fosso onde uma pessoa se vai afundando. O país não pode ser tratado como uma empresa em falência pois um país não pode fechar. O associativismo, o poder da pressão sobre o poder e a necessidade de os desempregados defenderem os seus interesses.

Paulo tem 48 anos, é casado e tem dois filhos jovens. Está desempregado desde Janeiro de 2009, altura em que declarou falência da empresa familiar da qual era sócio-gerente – um pequeno negócio na área alimentar -, visto que os rendimentos eram insuficientes face às despesas. Tratava-se de um negócio familiar que iniciou com a esposa em 2002, e que, embora inicialmente não desse prejuízo, nunca deu rendimentos suficientes para o sustento do agregado familiar. A situação complicou-se quando teve um problema de saúde, há alguns anos atrás. Antes disso, e até 2002, tinha trabalhado como agente comercial/comissionista, a recibos verdes, na área das confecções. Especialmente durante a década de 90, tratou-se de uma actividade que deu bons rendimentos, permitindo-lhe até acumular alguma poupança, mas especialmente a partir da década de 90, com a crise do sector têxtil, deixou de ser rentável. Esta foi a primeira vez que Paulo se viu na situação de desemprego, à qual associa a ideia de “um fosso desgraçado”, no qual, especialmente na sua ideia, a pessoa se vai afundando. Logo depois de ficar desempregado, começou logo a fazer um curso técnico-profissional de instalação e manutenção de sistemas informáticos, no âmbito do Programa “Novas Oportunidades”, que lhe deu a equivalência ao 12º ano. Após a conclusão do curso, em 2010, andou bastante animado com as expectativas de inserção profissional, mas ao fim de algum tempo, depois de enviar muitos currículos, depois de ter conseguido uma ou outra entrevista, começou a desanimar, começou a acomodar-se à situação, diz mesmo que entrou em depressão. Não teve nenhum apoio do Centro de Emprego após a conclusão do curso, nunca lhe enviaram qualquer oferta de emprego, o único contacto que fizeram, foi o envio de um bilhete de postal a perguntar se continuava desempregado e se queria continuar registado. Nunca tentou as agências de trabalho temporário, nunca se tinha lembrado, mas estava a pensar em começar a tentar.

O impacto em termos financeiros, tinha-se começado a sentir já há vários anos, e foi grande: desde 2008 que não tem carro, há vários anos que não viaja em férias nem visita familiares que não vivem em Lisboa. Dá para os gastos do dia-a-dia, mas não mais do que isso, e não sabe como será no futuro, os rendimentos da esposa são mínimos, e o que tinha poupado já se está a esgotar. A esposa chegou a pedir o rendimento mínimo o ano passado, mas não conseguiram por muito pouco, pois contaram com os rendimentos de horas de trabalho realizadas pela filha. Não tem quase expectativas profissionais, nem na área em que trabalhou durante mais de duas décadas, nem na área em que tirou o curso de formação profissional: no primeiro caso, trata-se de um trabalho muito dependente dos contactos que se faça e a área dos têxteis continua em quebra; no segundo caso, verificou que o curso está pouco adequado às ofertas de trabalho mais comuns, em que é importante manter-se sempre actualizado e os empregadores estão pouco interessados em contratar uma pessoa da sua idade – numa das entrevistas a que foi, disseram-lhe que estavam à procura de alguém com menos de 35. Sente que a vida familiar foi também afectada e a vida social foi muito restringida, quer pelas dificuldades financeiras, até porque na zona em que vive, no centro de Lisboa, vivem muito poucas pessoas. Nunca teve muito interesse em ter participação cívica, mas hoje está mais desperto, chegou a voluntariar-se em instituições particulares de

solidariedade social, mas nunca o chamaram, e depois começou a preocupar-se com as necessidades dos próprios desempregados e criou uma página no facebook sobre o tema.

Considera que a situação vivida em Portugal é, em termos de desemprego, muito complicada, “sem luz ao fundo do túnel”. As políticas que estão a ser seguidas não são as mais correctas, podem servir o dia-a-dia, mas fazem lembrar uma empresa em falência, que não produz e a sua actividade resume-se a pagar dívidas, para fechar. E ao estar a pedir dinheiro só para pagar dívidas, deixando de produzir, o que fica é um buraco, não se gera nem a capacidade de pagar as dívidas, gerando-se novo incumprimento e criando-se assim um ciclo vicioso. E o problema é que um país não pode fechar, tem que haver solução, que talvez passe pela solidariedade internacional, o reconhecimento de que não se pode deixar este povo morrer à fome. Acha que o que gerou a situação actual tem a ver com erros cometidos nas últimas três décadas, que depois do 25 de Abril passou-se de 8 a 80 muito rapidamente, que depois, quando vieram os fundos comunitários, os dinheiros foram mal geridos e houve mesmo corrupção, se tivesse havido planeamento na distribuição dos fundos, se calhar não estávamos hoje como estamos. E que na última década bateu no fundo, com a má gestão das instituições e fundações, a generalização da contratação de pessoal sem concurso público, mesmo quando se corta noutras despesas.

Não tem muita esperança nos partidos políticos, acha que têm já todos os vícios, que, ou se tem conhecimentos, ou dificilmente a sua opinião é ouvida – anda “numas reuniõezinhas” e põem-no a “colar papéis”. Por outro lado, os partidos lidam com muitos ideais, vários objectivos ao mesmo tempo e então espalha-se – “são tantos que não conseguem”. Neste sentido, acha que o que vale a pena é apostar na criação de associações, de desempregados, de reformados, que permitam a pressão sobre uma questão específica, que tenham “poder de pressão sobre o poder”. Considera que a maior dificuldade está em produzir mudanças, tem a ver com todas as pressões externas a que o país está sujeito, que, neste momento, a possibilidade de o país poder avançar não está nas nossas mãos. Mas acha que podemos contribuir com ideias, e que para isso é necessário que alguém nos ouça, mas que quem está no poder instituído tem pouca vontade de ouvir seja quem for – a não ser “os doutores instituídos”. Por outro lado, diz que quer queiramos quer não, é o poder económico quem manda.

Paulo deu o caso do 12 de Março, como um exemplo de uma acção colectiva que teve impacto, em que uma iniciativa vinda de um pequeno grupo permitiu de toda a cooperação através das redes sociais, criando um movimento no qual participaram pessoas que, se calhar, nunca tinham vindo a uma manifestação, ou que estavam desencantadas com partidos, ou que nem sequer iam a manifestações da CGTP, mas participaram nesta porque se reviam naquilo que estava a acontecer. No pós-25 de Abril, ainda era adolescente, mas participou em muitas manifestações, incluindo nas manifestações do 1º de Maio, nas quais participou até ao final da década de oitenta. De resto não teve experiência de participação em associações ou colectividades, tendo apenas participado no PRD, experiência que o frustrou pois sentiu que não servia para contribuir com ideias, apenas para colar cartazes. Mais recentemente criou uma página de desempregados no facebook mas teve dificuldades de dinamizá-la sozinho. Pensa que é importante que os desempregados se organizem – tal como, por exemplo, os trabalhadores se organizam em sindicatos e o patronato em confederações -, que defendam os direitos dos desempregados, mas não só, também que apoiem os desempregados, que possam proporcionar alguma coisa às pessoas. Para isso é importante ouvir as pessoas, pois a maior riqueza que nós temos são as ideias.

Ficha de caso 10

Hector

Empregado à busca de emprego. A felicidade não é o dinheiro que ganhas. A necessidade de ir além do cliché. A responsabilidade do cidadão comum por se ter iludido com os valores individualistas. Mudou de paradigma e não se perdoaria se não tivesse participado no protesto da Geração à Rasca.

Hector tem 28 anos, é licenciado no campo das ciências humanas e vive em Lisboa desde Janeiro de 2011. Durante o curso, concluído em 2006, fez pequenos biscates e trabalhos em part-time em call-centers e no sector do turismo, e a partir de 2007 trabalhou no estrangeiro, numa empresa do sector de transportes, como comercial, para a qual trabalhou inicialmente com contrato de seis meses, passando depois a efectivo. Tinha um salário muito bom, a actividade desenvolvida permitiu-lhe viajar fazer uma pausa, procurar uma actividade diferente e tentar arranjar algo que lhe permitisse estabelecer-se em Portugal. Considera-se um “desempregado mas”, por não ter qualquer actividade laboral e estar à procura de emprego, mas manter vínculo laboral que lhe permite voltar à empresa. Tinha poupado o suficiente para viver nesta fase, garantindo as necessidades mínimas, mas implicando que evite fazer gastos extras como sair à noite, comer fora, comprar roupa ou investir em material informático. Tem enviado currículos para todo o território português continental e nunca foi chamado para qualquer entrevista, o que, considerando a sua experiência profissional, o surpreendeu. Pensa que uma das dificuldades será possivelmente acharem que terá expectativas salariais altas, mas ele não espera encontrar trabalho com salário próximo ao anterior, se o pretendesse nem sequer tinha pensado em regressar a Portugal. Pretende, antes de mais, um trabalho que o satisfaça intelectualmente, desafiante. Embora tenha a segurança de regressar à empresa, assusta-o a ideia de voltar para lá depois de dois anos sem ter aprendido nada de novo, sem

ter desenvolvido outras actividades. Procura emprego essencialmente através dos jornais e das páginas na net, não recorre aos centros de emprego nem às empresas de trabalho, de forma a evitar burocracias e a evitar intermediários, ir directamente ao empregador. No caso de não conseguir emprego que lhe permita estabelecer-se em Portugal, pretende emigrar, mas desta vez para fora da Europa. Sente alguma pressão por parte da família quanto a arranjar trabalho, o que o aborrece – foi aliás uma das razões porque decidiu vir para Lisboa e não para o Porto, evitando assim pressão maior. Uma das razões por que resolveu regressar a Portugal foi para procurar ter mais actividade social, e acabou por o conseguir mesmo não podendo fazer muitos gastos. Em geral, e tirando algumas pessoas que o olham como um lunático, por ter deixado um trabalho em que ganhava bem e viajava muito – há pessoas que não entendem isso –, não sente que as pessoas o olhem de forma diferente.

Hector considera que a experiência de desemprego depende do contexto, da situação específica de cada pessoa - por exemplo, ter ou não filhos a cargo -, mas que, em qualquer caso, mesmo fazendo gradação, quem está desempregado está no mesmo barco, é igualmente grave. Associa desemprego a Portugal, e considera que as alternativas não são famosas – “porque se não é desempregado, é precário, ou é estagiário, ou é bolseiro, há muito pouca gente com uma verdadeira segurança no trabalho.” Às vezes pergunta-se se valerá a pena perder tempo cá e se não era melhor passar já ao plano B e procurar trabalho no estrangeiro. No entanto, considera que o problema é mais global – mesmo na Alemanha, que é o motor da Europa, e é um país que supostamente é muito rico, as coisas não são bem assim, há muita gente a começar a ser empurrada para baixo, sem justificação. Diz que as sociedades em geral estão mal planeadas, o que se calhar até podia fazer sentido, há 20, 30 anos atrás, mas que hoje em dia, há uma certa resistência a tentar mudar esses modelos para fazê-los mais justos. Há pessoas válidas, com conhecimentos, que podiam ter um papel activo, e não estão a ter porque não há espaço. Porque há todo um conjunto de mecanismos que fazem a sociedade funcionar, que estão a ficar ferrugentos e há um pouco de resistência em chegar alguém e lhes pôr um bocadinho de óleo para que as engrenagens voltem a funcionar. Considera que a culpa é de toda a gente só que há pessoas que terão mais responsabilidade do que outras – como o mundo da finança, o mundo da política (ultimamente muito associados), mundo empresarial, mas, mesmo no fundo de tudo, o cidadão comum também tem a sua quota-parte de responsabilidade porque também se deixou iludir um bocadinho por estes valores individualistas, de “salve-se quem puder” e da lei da selva, e deixou-se deslumbrar com tudo o que apareceu de novo e, se calhar, não esteve atento. Não sabe exactamente o que é necessário para que as coisas mudem, mas acha que é necessário que se deixe de abusar do uso dos rótulos – por exemplo esquerda ou direita -, ou dos clichés, ou então manter os rótulos, mas é importante que as pessoas comecem a entender o que é que eles querem realmente dizer. Define acção colectiva como “quando um grupo ou vários grupos de indivíduos que se juntam para passar e fazer alguma acção, para passar à acção.” Tem pouquíssima experiência em termos de participação cívica e notou uma diferença enorme visto que estava inserido num meio do “salve-se quem puder”, e desde que veio para Lisboa “mudou de paradigma”. O seu envolvimento no 12 de Março foi inicialmente motivado pela proximidade dos amigos, mas à medida que se foi envolvendo, foi conhecendo pessoas novas, “a notar coisas aqui, coisas acolá”, ganhar laços afectivos, e depois também a entrar nas ideias, na política, a conhecer a realidade laboral em Portugal, o poder que as pessoas podem ter, quando simplesmente são honestas e fazem coisas com boa intenção. E foi aprendendo, um bocadinho aqui, um bocadinho acolá, concordando com algumas coisas, discordando de outras. Acha que *não se perdoaria se não tivesse participado no protesto da Geração à Rasca.*

Ficha de caso 11

Eunice

Licenciada na área das ciencias sociais, desistiu de procurar trabalho na sua área de formação. Está a trabalhar no ramo imobiliário mas só tem gastos, ainda não tem rendimentos. Acha que quem inventou a expressão “o dinheiro não traz felicidade” estava cheio dele.

Eunice tem 34 anos, é licenciada na área das ciencias sociais e tem duas pós-graduações: uma na área das comunicações, outra em recursos humanos. Trabalhou pela primeira vez em 2001, quando fez um estágio em webdesign e em produção de vídeo, trabalhou depois na área de multimédia. Desde então já trabalhou como consultora de recursos humanos numa empresa de trabalho temporário, foi secretária de direcção, assessora em recursos humanos num banco, trabalhou numa empresa farmacêutica e num lar de idosos, foi operadora de *call-centre* numa empresa a operar em regime de *outsourcing* no sector financeiro e foi gestora de recursos humanos na área de seguros. Em 2007 tinha trabalhado alguns meses no estrangeiro, como empregada de balcão e administrativa. Tentou o ano passado constituir uma empresa para realização de actividades de arte-terapia idosos e, tendo a tentativa sido mal sucedida, e necessitando de meios financeiros para organizar a sua vida, resolveu no final de 2010, começar a trabalhar por conta própria, ligada ao sistema de *franchising* no ramo imobiliário. Na altura da entrevista ainda não tinha qualquer rendimento (em seis meses), apenas gastos, pois só tinha conseguido fazer uma venda. Para sobreviver aluga a casa que comprou, com ajuda dos pais, em crédito bonificado. Eunice não se considera desempregada, considera-se empreendedora, embora sinta que a sua vida é

muito precária. A primeira vez que ficou desempregada, considera que foi muito assustador porque eu estava quase com 30 anos, e a expectativa que tinha para a sua vida é que nessa altura já teria a vida mais ou menos organizada. Sempre quis ter família mas, actualmente, considera a hipótese de se calhar não vir a ter, pois não tem recursos financeiros para poder cuidar de uma família. A situação de desemprego, ou pelo menos a de precariedade – Eunice considerou o termo desempregado o mais adequado para a sua situação – tem um impacto enorme em termos financeiros. Diz, aliás, quem inventou essa frase a expressão “o dinheiro não traz felicidade” devia estar cheio dele. Porque sente que seria certamente muito mais feliz se tivesse uma vida financeira que lhe permitisse ter uma vida digna, normal- não necessariamente ter um BMW ou passar férias nas Maldivas - mas uma vida normal, poder ter família. Associa desemprego à crise, e a não ter dinheiro para subsistir, é por isso muito grave, uma catástrofe. Acha que a situação está muito complicada, que há muitas alternativas para os jovens. As que existem são ao nível do empreendedorismo, que pode ser parte da solução, que é necessário o estímulo ao empreendedorismo, a aposta na exportação, que é uma aposta que não conseguiu acompanhar, em contexto de liberalização dos mercados. É necessário acompanhar os tempos de uma forma mais rápida e flexível, identificando os pontos fortes, mas o que acontece é que tendemos a criticar tanto, que nem conseguimos ver aquilo que o país tem de bom. Considera que o número de vagas para acesso ao ensino superior devia ser condicionado pela saída no mercado de trabalho porque, caso contrário, há o risco muito grande de criar uma sociedade frustrada e sem trabalho. E nas áreas com poucas saídas profissionais as pessoas devem ser empreendedoras. Não acha que não deve haver profissionais formados nas áreas onde há muito desemprego, mas sim com um número mais limitado e tentar haver uma conciliação, que foi o que os nossos pais também fizeram, fizeram coisas que não adoravam, que era algo que lhes ia dar estabilidade financeira, que lhes ia dar mais valias. Por outro lado, considera que são necessários líderes. Eunice acredita no Estado Social, mas acredita que também temos que lutar para sermos ricos, competitivos, enquanto país. Para Eunice acção colectiva passa pela criação de grupo que defende uma ideia de forma colectiva, aproveitando essa união como forma de se defender. Não tem ideia do que será acção colectiva de desempregados, mas acha que é importante que tenha uma orientação para a procura de soluções, não ficando apenas pela crítica.

Ficha de caso 12

Cristina

Desempregada em resultado de um processo de falência. Não gosta da política.

Cristina tem 51 anos, tem o 9º ano concluído através do Programa Novas Oportunidades. Começou a trabalhar há cerca de 30 anos como empregada de balcão, tendo ficado desempregada e recomeçado a trabalhar em 1999 como chefe de secção numa empresa de venda de material de papelaria, que entrou em processo de falência em Dezembro de 2008. Tem subsídio de desemprego até Novembro de 2011. Tratou-se de um processo que se arrastou durante vários meses, com atrasos nos salários e Cristina e os colegas chegaram a apresentar um pedido de crédito de insolvência que nunca teve resposta. No dia seguinte a ter ficado desempregada, o seu marido morreu. Por esta razão, ao contrário da vez anterior, esta experiência de desemprego foi muito profunda, também porque não estava habituada a estar sozinha, passar dificuldades e chegou mesmo a ter uma depressão durante cerca de ano e meio e da qual ainda não recuperou completamente. Desde a morte do marido, tem aproveitado para dar apoio aos pais, já idosos, e procurar ocupar os tempos livres com actividades em casa, ir ver o mar. Perdeu completamente a esperança de arranjar trabalho pois, face às suas primeiras tentativas de procurar emprego disseram-lhe no Centro de Emprego e em Lojas que, pelo seu perfil profissional e pela idade, muito dificilmente arranjará emprego. Está a tentar obter reforma antecipada e, depois de acabar o subsídio, contará apenas com a pensão de viuvez. Sente que tem de fazer muito mais restrições do que antes, especialmente em termos de lazer – viajar, ir ao cinema –, até porque sente que tem de ir poupando dinheiro para fazer face a um futuro incerto. Sente uma grande revolta pela impunidade com que as falências são feitas, sem que seja verificada a sua real situação financeira, e sem que as entidades públicas tenham qualquer intervenção. Cristina sente uma certa preocupação actual, considera que Portugal está a ser alienado, que há facilitismo e compadrio em muitos processos de falência. Como principal obstáculo à mudança refere o facto de as balanças estarem desequilibradas entre ricos, por um lado, e velhos e pobres, por outro. Acha que é necessário investir na criação de emprego e que os empregados se devem juntar para criar as suas actividades económicas, aproveitando locais que não estão utilizados, e que deveriam ser criados incentivos (facilidades de aluguer) para que pudessem fazê-lo. Não gosta da política, não quer nada com a política que funciona numa lógica de compadrio e quando as pessoas não interessam são colocadas de parte. Para além da postura colaborativa que tinha nos locais onde trabalhava, e de ter tentado, em conjunto com os seus colegas, defender os seus direitos, Cristina não tem muita actividade cívica, mas participa nas mesas de voto, pela altura das eleições.